



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 8/2024
SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
DE 11-10-2024**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 8 da Sessão Extraordinária de 11-10-2024

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -11 de outubro de 2024-----

INICIO - Quinze horas e quinze minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro.....PS

MEMBROS - Paulo Henrique Nisa MarianoFAP

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Rosa Maria da Costa ReisFAP

Mafalda Reis de AzevedoPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

David Manuel Fajardo AzenhaFAP

José Fernando Guedes CorreiaPS

José Augusto Fernandes MateusFAP

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel MaiaFAP

Célia Maria da Silva Moraes.....PS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

José Manuel Cunha CarvãoPS

José António Borges LigeiroFAP

Isabel César PereiraPS

António Graça LapãoFAP

Adélia Maria Ramos BatataPSD

Micaela Miranda Durães.....FAP

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Gonçalo Andrade de Oliveira.....FAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro Jorge.....BE

Sandra Cristina Marques Matias.....FAP

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Arménio da Silva PedrosaPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 8 da Sessão Extraordinária de 11-10-2024

(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS
(Lavos)	José Coelho Henriques da SilvaPS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto FerreiraPS
(Marinha das Ondas)	José Alberto Jordão SuzanaPS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo OliveiraPSD
(Paião)	José Alberto da Silva CarvalhoFAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues SantosPS
(São Pedro)	Jorge Aniceto Pimentel dos SantosPS
(Tavarede)	Fernando António Martins LopesPS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves AlemãoPS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal, Victor Manuel dos Santos Madaleno, Clarisse da Silva Ferreira Oliveira e Edgar José Pedrosa Gonçalves.-----

SUBSTITUIÇÕES

Victor Manuel dos Santos Madaleno, por Isabel César Pereira, Clarisse da Silva Ferreira Oliveira, por Arménio da Silva Pedrosa e Edgar José Pedrosa Gonçalves, por Sandra Cristina Marques Matias.-----

⇒ **ANÁLISE DE QUESTÕES SUSCITADAS NA ÚLTIMA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA A 27 DE SETEMBRO DE 2024, SOBRE UMA UNIDADE
INDUSTRIAL E SOBRE PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Esta solicitação de uma Assembleia Municipal extraordinária deve-se a dois fatores.-----

Em primeiro lugar, a natureza dos temas referidos na convocatória e tratados na última Assembleia Municipal, um referente à matéria delicadíssima, como a questão dos fogos florestais, dos incêndios, da prevenção, desse tipo de situações, que tanto têm fustigado várias zonas do nosso país.-----

A outra questão, igualmente sensível, foi levantada diversas vezes na última Assembleia Municipal. Tenho aqui todas as intervenções referentes a esse ponto, nas quais se afirma repetidamente que há uma empresa a operar no nosso Município em possível desconformidade com a lei. Segundo essas intervenções, a empresa estaria em atividade sem cumprir os requisitos legais, além de haver dúvidas quanto à escolha da localização e às respetivas autorizações.-----

Como é do conhecimento geral e foi amplamente testemunhado, ambas as matérias



foram apresentadas de forma que não pode deixar de gerar muita preocupação a todos, levando à letra aquilo que foi dito nas intervenções em causa.-----

A primeira razão para esta preocupação prende-se com a natureza delicada dos assuntos em causa. A segunda, igualmente relevante, é o respeito que devemos à Assembleia Municipal.-----

Existem duas formas de encarar o que aqui é dito: ignorar ou valorizar e respeitar. E, respeitando a Assembleia Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal, é imperativo que os temas sensíveis aqui levantados não sejam tratados com indiferença. O nosso dever, enquanto Executivo, é disponibilizar todos os elementos que possuímos para confirmar ou esclarecer o conteúdo das afirmações feitas nesta Assembleia.-----

Podemos cair na tentação de pensar que, na democracia atual, tudo pode ser dito sem consequências, como se as palavras fossem rapidamente esquecidas. Mas não devemos adotar essa postura. Quando estão em causa questões que afetam diretamente a vida das pessoas, o cumprimento da lei e a integridade dos decisores, não podemos permitir que essas preocupações fiquem simplesmente no ar, sem resposta.-----

Estas questões devem ser totalmente esclarecidas, para que as pessoas possam confiar nos serviços públicos, nos seus representantes e em todos aqueles que exercem funções nos diversos cargos. Por isso, proponho que o primeiro ponto a ser abordado seja o dos incêndios, conforme foi suscitado na intervenção da Deputada Municipal Célia Silva Morais.-----

Recordo o que foi referido nessa intervenção, e por isso, o nosso bem-haja ao Concelho da Figueira da Foz, e queremos que assim seja, chega ao fim do período crítico para os incêndios em 2024, em paz. A probabilidade de ocorrências que nos é adversa, acabou por nos permitir descansar mais um ano. Mas a realidade do concelho da Figueira da Foz não é animadora, pelo contrário. Há vários anos que não se sentia tanto abandono e menosprezo pelas zonas críticas em matéria de risco de incêndio. O "descuido" de coordenação florestal, o esquecimento dos acessos criados para os bombeiros – hoje transformados em locais de proliferação de descargas de resíduos ilegais altamente combustíveis – são sinais preocupantes, as ruas e caminhos sem limpeza, a ausência de fiscalização e atuação obriga-nos, de facto, a dar graças pelas não ocorrências graves.-----

É verdade que estão a ser feitos esforços na organização do território e na impermeabilização dos solos, na capacidade de retenção de água e a investir em espécies resistentes.-----



Não se vê é uma atuação concreta contra os prevaricadores, é praticamente inexistente e só recentemente se começou a fazer o reconhecimento de áreas e a distribuição de editais para avisar as populações. Estas medidas, embora importantes, chegam tarde e são insuficientes face à dimensão do problema! O período de limpezas terminou há meses. O prazo para o processo de contraordenação já passou, e para agir agora, o processo estará pronto em 2025.-----

Estivemos verdadeiramente à mercê da probabilidade, segundo diversos estudos sobre o Concelho da Figueira da Foz como potencial área de ocorrência de eventos graves. A prevenção, nos últimos dois anos, foi praticamente inexistente. Os meios chegaram ao terreno tardiamente e, como seria de esperar, as áreas tratadas são residuais. Gostava de saber, quantas horas temos recursos humanos do Município dedicados a esta função, quantas horas são atribuídas às máquinas, incluindo a destroçadora do Município, qual é o tempo médio anual dedicado por estes meios, no período legalmente atribuído. As necessidades são imensas, os compromissos com as Juntas de Freguesias e com os próprios fregueses são igualmente grandes. Podemos e devemos valorizar o património, sim, mas não podemos comprometer a sustentabilidade do município.-----

Perante esta intervenção, é evidente que quem a ouve não pode deixar de sentir alarme e profunda preocupação. Julgo ser dever de todos nós ouvirmos o Coordenador da Proteção Civil, João Matias expor os dados que prepararam. São dados factuais, que a Assembleia Municipal poderá apreciar sem qualquer comentário adicional da minha parte – salvo em caso de pedido de esclarecimento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Coordenador da Proteção Civil, João Tomé Matias, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

JOÃO TOMÉ MATIAS: “Nós fizemos uma apresentação que, julgamos, responde às questões que o Presidente da Câmara mencionou. Em relação aos incêndios rurais, realizámos um comparativo entre os anos de 2015 e 2024, considerando os dados até ao dia 2 de novembro.-----

Como é visível neste gráfico, o ano de 2017 foi aquele que todos recordamos como tendo ardido grande parte da área florestal a norte de Quaiaios, bem como uma grande extensão nas freguesias do Paião e Alqueidão, essencialmente. Após esse ano, as áreas ardidas têm-se mantido mais ou menos estáveis, entre os 8 e os 5 hectares. Este ano, até ao dia 2 de outubro, a área ardida em 19 incêndios registados foi de apenas 0,94 hectares – a menor desde 2015. Este dado não está incluído no quadro apresentado, mas, se fizermos as contas à área ardida por incêndio, também



concluímos que este foi o ano com menor área ardida por ocorrência.-----
Acreditamos que isso demonstra a eficácia dos meios de primeira intervenção e a rapidez com que chegaram às ocorrências. Como costumamos dizer: um incêndio no início apaga-se com um copo de água, dez minutos depois, já não é assim.-----
Não conseguimos calcular com precisão o tempo de resposta – se fomos mais rápidos ou mais lentos – porque isso depende de vários fatores e de todos os envolvidos. Os nossos veículos estão limitados a uma velocidade máxima de 90 km/h, o que representa uma restrição significativa. Além disso, enfrentamos várias outras limitações. Nos últimos dois anos, as obras na ponte têm sido um problema para a zona sul. Ainda assim, reforçámos essa área com uma Equipa de Intervenção Permanente dos Bombeiros Voluntários e, durante a época crítica de incêndios – se é que ainda se pode usar essa expressão – com mais uma equipa de intervenção em espaços naturais, sediada no Paião. Este reforço tem contribuído para minimizar o tempo de resposta na zona sul.-----
Na zona norte, embora as multas por excesso de velocidade não nos preocupem diretamente, preocupam-nos os efeitos sobre os outros condutores. Desde a instalação dos radares na Cova da Serpe e no Bom Sucesso, os veículos circulam a menos de 50 km/h. Mesmo que quiséssemos ultrapassar, não conseguimos, especialmente porque um dos radares está colocado numa curva.-----
Apesar dessas limitações, os resultados são notáveis. A média de área ardida por incêndio este ano é de apenas 0,05 hectares, o que me parece extremamente baixo – aliás, uma das mais baixas dos últimos anos representados no gráfico. Este quadro inclui também dados do Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil da Região de Coimbra, atualizados até ao dia 2 de outubro.-----
Não pretendemos comparar-nos com outros concelhos, pois cada um estará certamente a fazer o melhor possível dentro das suas circunstâncias. No entanto, é evidente que a Figueira da Foz está muito bem posicionada neste quadro, com uma média de apenas 0,05 hectares por incêndio. Esta realidade fala por si – como já referi anteriormente.-----
Estes dados demonstram a grande capacidade de resposta que temos conseguido manter, mesmo com muitas ocorrências. Como se pode ver, além de Coimbra, que registou 29 ocorrências, a Figueira da Foz teve 19, ocupando o segundo lugar em número de incêndios. Em termos de área ardida por ocorrência, estamos em sexto lugar a contar do fim, o que considero um excelente indicador.-----
O número de ocorrências é elevado, mas é algo que não podemos controlar. Registam-



se várias ignições, resultantes de vários fatores, principalmente queimas que acabam por se descontrolar. Existem também outras origens, algumas das quais não conseguimos determinar com precisão, sendo certo que, durante o período noturno, não são fatores como garrafas ou sol que provocam os incêndios.-----

Em relação às faixas de gestão de combustível, na rede viária, nos últimos anos, vínhamos tendo a política de dividir o Concelho em três zonas - norte, sul e central - e iríamos fazendo, anualmente essas faixas de gestão de combustível.--

Desde a última Comissão Municipal de Gestão Integrada de Incêndios Rurais, por proposta do Presidente da Câmara, dividiu-se o Concelho não em três, mas sim em dois. Em três anos, implicava que faríamos a mesma área, só que - vamos imaginar - se fôssemos para a zona norte, só voltaríamos à zona norte daqui a três anos. Passámos a dividir o Concelho em duas partes e aumentámos, assim, a área executada. Neste quadro, demonstra-se que, pronto, isso mesmo: de 2023 para 2024, praticamente triplicámos a área das faixas de gestão de combustível. Temos planeado, conforme está nesse plano já aprovado, 245 hectares para 2025. A primeira barra é de 2018, que foi a seguir aos incêndios. As pessoas estavam mais despertas, e foi nos anos em que houve, uma maior limpeza - até por partes particulares - porque, no fundo, tinham visto o que tinha acontecido em 2017.-----

Estão aqui alguns Presidentes de Junta de Freguesia que sabem que, pelas ações que fizemos nas Juntas de Freguesia em 2018, tivemos salas completamente cheias, e algumas até foram feitas nas coletividades, para poder levar mais pessoas. E, passado dois ou três anos, fazíamos essas ações e falávamos com o Presidente de Junta de Freguesia, e mais uma ou duas pessoas, e algumas, na maior parte das vezes, do Executivo.-----

Estas são as áreas - embora não se consiga ver muito bem naquele quadro - mas estão ali as que foram intervencionadas em faixas de gestão de combustível em 2022, 2023 e 2024. Somámos essas áreas, no quadro ao lado, por freguesia, durante os três anos. Este ano, já fizemos algumas zonas na zona sul: Paião, Lavos, Marinha das Ondas, na Estrada Nacional, etc. E este ano, já estão a decorrer trabalhos na zona norte.-----

Pararam esta semana porque, devido ao vento, o risco de queda de árvores não era controlável. Os empreiteiros, com receio, tiveram que suspender os trabalhos.

Quanto ao tempo de trabalho, o senhor Presidente da Câmara referiu há pouco que as equipas de sapadores florestais e os funcionários da autarquia estão a executar as faixas de gestão de combustível. Temos duas equipas de sapadores florestais,



cada uma com cinco elementos, financiadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Estas equipas trabalham de segunda a sexta-feira, em horário normal, 35 horas semanais. São, portanto, 10 pessoas dedicadas exclusivamente a este serviço, com os devidos períodos de férias.-----

Desde o ano de 2000, temos mantido estas equipas, embora tenha havido dificuldades em recrutar pessoal durante alguns anos. Felizmente, abriram-se vagas no quadro e atualmente contamos com os 10 lugares preenchidos, integrando o quadro de pessoal da autarquia.-----

Ambas as equipas são financiadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, desde que cumpram o serviço público definido por este instituto. Até hoje, a Câmara Municipal sempre cumpriu com os requisitos e nunca foi necessário devolver qualquer verba, já que o financiamento é adiantado para posterior execução dos trabalhos.-----

Neste momento, já temos uma equipa com o serviço público concluído. Embora ainda faltem três meses para o fim do ano, podíamos ter concluído esse serviço público mais cedo. No entanto, andámos também a fazer alguns serviços que nos foram solicitados por algumas Juntas de Freguesia, outros em alguns terrenos da Câmara Municipal. Fomos intervalando o serviço público com o serviço "normal" para a autarquia, para conseguir colmatar tudo o que era necessário.-----

Na área do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, resumidamente, este ano já fizemos 56,22 hectares e ao serviço do município fizemos 64,78 hectares. Salienta-se que, por razões alheias à Câmara Municipal, este ano, durante o mês de agosto, as duas carrinhas, quando foram à Inspeção Periódica Obrigatória, ficaram reprovadas. Isso aconteceu porque o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas não enviou os documentos a tempo, documentos esses que tinham alterações quer à cor, quer ao uso da própria carrinha.-----

Portanto, ficámos sem as duas carrinhas e durante um mês não conseguimos trabalhar com as mesmas. No entanto, dada a altura do ano em que estávamos – o mês de agosto e o início/meados de setembro – tivemos outras viaturas do Município que substituíram estas, tanto em termos de vigilância, como em alguns trabalhos.----

Logicamente, os sapadores florestais deixaram de ter capacidade para fazer a primeira intervenção, combate e rescaldo a incêndios, porque as carrinhas que a Câmara Municipal disponibilizou para os restantes serviços não tinham tanques de água nem bombas. Mas todo o serviço de vigilância e a continuação da realização das faixas de gestão de combustível nunca pararam, apesar deste problema, que foi,



para todos nós grave, porque não estamos habituados a ficar sem estes meios. Ainda mais por uma questão relacionada com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que, pura e simplesmente, não pediu que, no documento único, as carrinhas deixassem de ser brancas para passarem a ser amarelas, permitindo assim que pudessem ser utilizadas no combate a incêndios.-----

Em termos de caminhos florestais, desde 2015 até 2024, este foi o único ano em que foram abertos caminhos florestais – dez quilómetros – nas freguesias do Paião, Alhadas e Quiaios.-----

Foram abertos dois caminhos junto ao Mosteiro de Seiça, outro caminho na Serra do Paião – que protege a povoação da mancha florestal –, depois um grande entre as "curvas dos esses de Quiaios" até à Murtinheira, que nos parece bastante importante, e outro do lugar de Lírio até Caceira.-----

Os dez quilómetros foram realizados dentro do tempo disponibilizado pela máquina da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Estava previsto pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra fazer entre seis a oito quilómetros, mas, com o tempo que nos foi dado, conseguimos fazer os dez quilómetros.-----

Este ano, foram abertos oitenta processos contra a ordenação. Destes, vinte e oito já estão concluídos, e cinquenta e dois encontram-se em execução.-----

É importante salientar a dificuldade associada a estes processos, especialmente no término dos mesmos. Durante os incêndios de Albergaria e de Aveiro, vimos vários Presidentes de Câmara a abordarem esta questão nos órgãos de comunicação social. O processo é muito burocrático. Em primeiro lugar, há a dificuldade em localizar os proprietários. Muitas vezes recorremos aos Presidentes de Junta de Freguesia, que por vezes conseguem identificar os proprietários, mas, na maioria dos casos, também não o conseguem. Frequentemente, trata-se de emigrantes que nem sequer recebem as notificações.-----

Além disso, mesmo quando a Câmara Municipal pretende substituir-se aos proprietários na execução dos trabalhos, é necessário notificá-los novamente, informando que os serviços serão realizados no dia "x", com o custo "y", que deverá ser ressarcido, e muitas vezes, não conseguimos avançar porque não há forma de contactar os proprietários. Mesmo assim, atuámos em vários terrenos.-----

A prazo de intervenção para a limpeza de terrenos decorre, normalmente, até meados do mês de maio, prolongando-se por vezes até junho. Em alguns Orçamentos de Estado anteriores, este prazo foi logo dilatado até ao final de maio. Este ano, todos nos lembramos do inverno, em que tivemos alternância de dias muito húmidos, com dias



de temperaturas elevadas. Houve uma grande dificuldade, por parte das pessoas, em fazer a limpeza, e o próprio Governo acabou por aumentar o prazo para que pudessem realizá-la.-----

As notificações só puderam ser feitas a partir de 1 de junho. Damos 15 dias úteis para que as pessoas façam a limpeza, e depois, com mais alguns dias, facilmente chegamos ao mês de julho. Esta é também uma dificuldade: percebemos o lado das pessoas, mas há esta dificuldade processual.-----

Deixamos aqui uma nota: da área total a executar por privados em todo o território caso a Câmara Municipal tivesse que se substituir aos proprietários, teria que executar uma área de 4.703 hectares. A valores atuais dos últimos concursos, estamos a falar de 5.700.000,00 €, mais IVA, por ano – um valor elevado, como se compreende.-----

Quanto às horas de máquinas, não temos registos anteriores a 2020, mas, a partir de 2021, as três máquinas do Município têm acumulado as horas projetadas no quadro. Com alguns problemas de manutenção e de reparações, como é natural, mas, como se vê, ainda faltam três meses para o fim do ano, e os valores estão ali demonstrados. A máquina azul é uma BOBCAT, uma máquina pequena, que tem apenas um destroçador florestal só para esse efeito. A máquina giratória foi adquirida através de um projeto que contou com o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que financiou parte da aquisição. O trator também foi adquirido mais ou menos na mesma altura, com recursos próprios do Município.-----

Relativamente às máquinas, a azul é a BOBCAT, uma máquina pequena, a vermelha é a giratória e a verde é o trator.-----

Atualmente, a Câmara Municipal tem uma máquina, que está cá há relativamente pouco tempo, ao abrigo de um contrato com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Em contrapartida, a Câmara comprometeu-se a realizar 75 hectares de serviço público. Após o cumprimento dessa meta, poderá utilizar a máquina para outros serviços que entender.-----

Tenho estado a falar de «serviço público» apenas para clarificar: trata-se do serviço que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas indica onde deve ser feito, define os hectares e os locais específicos, fiscaliza a execução e exige que o trabalho esteja concluído conforme indicado.-----

Julgo que, ao conseguirmos realizar esses 75 hectares até ao final do ano – considerando que a máquina só veio agora – estaremos a acrescentar esse valor ao total já executado.-----



Além disso, e porque trabalhamos de forma integrada com a Divisão de Ambiente da Câmara Municipal, precisamente para evitar duplicações de trabalhos, trouxemos este mapa, elaborado por essa Divisão, que mostra o que foi executado em 2023.

O levantamento de 2024 ainda não estava concluído, por isso não o trouxemos. De qualquer forma, este é um complemento ao trabalho realizado nas faixas de gestão de combustível.-----

Não estamos a falar dos habituais 10 metros da rede viária, mas sim, de cerca de 3 ou 4 metros da berma. Trata-se praticamente de metade da faixa de gestão de combustível, mas é um trabalho que se estende por todo o concelho, é mais acessível, rápido e cobre uma grande área, deixando a zona florestal para a nossa intervenção. Nos quadros que trouxemos, apresentamos dados de temperatura, humidade e precipitação, retirados de uma plataforma da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Estes dados não são trabalháveis, razão pela qual não conseguimos juntar todos os gráficos num só.-----

As informações provêm da estação do Instituto Português de Meteorologia localizada em Vila Verde, que é a referência oficial no nosso concelho. Se conseguíssemos reunir todos os gráficos, veríamos que a temperatura e a humidade se alternaram constantemente, quase semana após semana.-----

Isto foi um problema para todos os que têm terrenos, que certamente se sentiram afetados. Para a Divisão do Ambiente também foi um desafio, pois o crescimento da vegetação foi muito rápido. Houve dias de muito calor, outros de chuva, e outros com níveis de humidade bastante elevados, o que acelerou o crescimento e dificultou a manutenção da limpeza, tanto para o Município, como para os particulares.-----

A nossa apresentação termina aqui, caso não haja mais questões.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Senhor Coordenador da Proteção Civil, João Matias, houve algum decréscimo ou aumento de trabalho nas várias áreas, este ano e nos anos imediatamente anteriores, naquilo que é o trabalho a cargo da proteção civil, nesta matéria?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Coordenador da Proteção Civil, João Tomé Matias, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

JOÃO TOMÉ MATIAS: “Como foi demonstrado, aumentámos sempre as áreas executadas, tanto pelas equipas de sapadores florestais, como pelos prestadores de serviços que realizaram as faixas de gestão de combustível.”-----

E a resposta, o tempo de resposta, porque isso é muito importante. A tal história



do número de ignições, e a área ardida e o que é que demonstra.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Senhor Coordenador da Proteção Civil, João Matias, já agora a resposta – o tempo de resposta – é muito importante. A questão do número de ignições, da área ardida e o que isso demonstra."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Coordenador da Proteção Civil, João Tomé Matias, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

JOÃO TOMÉ MATIAS: "Não referi também que, a partir de 2021, começámos a ter um posto de vigia na Serra da Boa Viagem, fruto de um protocolo entre a Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz. Estes mantiveram a vigilância na Bandeira, na Serra da Boa Viagem, desde o dia 1 de junho até ao final deste mês.

Temos uma câmara de videovigilância da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra instalada no repetidor dos Bombeiros Sapadores da Figueira da Foz, no Vale de Jorge, que cobre praticamente 90% da área do concelho. A zona da Murtinheira ficava numa área cinzenta, sem grande vigilância, e com a presença dos Bombeiros Sapadores conseguimos aumentar significativamente essa vigilância.-----

Em termos de tempo de saída, como referi, os Bombeiros Sapadores são uma corporação profissional, estão no quartel e saem praticamente no mesmo minuto em que recebem o alerta para qualquer ocorrência. Não estou mandatado para falar pelos Bombeiros Voluntários, mas acredito que tenham uma capacidade de resposta semelhante à nossa. Como disse, saímos ao minuto, mas não conseguimos controlar o trânsito, nem as condições do percurso, nem a distância até ao local. Não podemos comparar um incêndio em Tavadrede com um incêndio na Ferreira-a-Nova ou em Borda do Campo – são realidades completamente diferentes.-----

A tradução da capacidade de resposta, na minha opinião, está refletida neste quadro.-----

Quando, por cada incêndio, e sendo o segundo Concelho com mais ignições, conseguimos estar em quarto ou quinto lugar – a contar do fim – em termos de área ardida por ignição, isso, para mim, é a grande prova da capacidade de resposta que temos no nosso concelho.-----

É um reflexo da prontidão das nossas equipas: Bombeiros Sapadores, Bombeiros Voluntários e Sapadores Florestais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais.-

CÉLIA SILVA MORAIS: "Quero, em primeiro lugar, declarar que a minha intervenção



na Assembleia Municipal, no dia 27 de setembro último, não foi dirigida, nem teve como foco a Proteção Civil. Qualquer tentativa de adulterar o sentido das minhas palavras é da exclusiva responsabilidade de quem os profere.-----

Em diversas reuniões da Assembleia Municipal, abordámos as questões inerentes à execução das limpezas nas áreas edificadas, os pedidos das Juntas de Freguesia- e não fui apenas eu que fez essas referências - o atraso na deslocação dos meios do Município para cumprir estas ações, em particular, das brigadas para apoio aos trabalhos a realizar nas freguesias.-----

Na reunião de aprovação dos autos de transferência, realizada no final de junho, essa disponibilidade foi novamente questionada.-----

Portanto, não é nossa intenção fazer uma avaliação negativa do trabalho da Proteção Civil. Não estava em causa o vosso trabalho e desempenho, e creio que todos estamos aqui para agradecer por isso. Muito obrigada, porque, pela primeira vez, tivemos acesso a um relatório municipal - por mais que tenha procurado - não encontramos nenhum relatório desta natureza. Isso merece o nosso agradecimento.-----

A questão que foi levantada não tem a ver com a Proteção Civil, mas sim com a deslocação dos meios para as freguesias e com o estado em que estão as ruas, que só começaram a ser tratadas há algumas semanas.-----

Relativamente às questões do risco, temos um Despacho de 2024 que define áreas de intervenção e de freguesias prioritárias: Bom Sucesso, Quiaios e Lavos.-----

Portanto, não fiz qualquer crítica ao trabalho da Proteção Civil - pelo contrário, acho muito importante a capacidade de resposta. Nem sequer tinha noção do número de ignições, a capacidade de resposta e de controlo de forma efetiva.-----

Comecei por agradecer, nessa minha intervenção, o trabalho dos bombeiros e a sua deslocação para locais onde efetivamente os incêndios foram de grande dimensão. Esse foi o ponto de partida. Isso não significa que não haja aspetos a melhorar - e é precisamente para isso que estamos aqui: para melhorar, para contribuir.----

Quando solicitamos dados, é para desmistificar um pouco, porque o que eu vejo e refiro resulta da reunião de informações, inclusive das Juntas de Freguesia e dos pedidos de apoio. Portanto, a vocês, só tenho que agradecer.-----

Ao Município, competiu-me questionar naquele dia. Por isso, agradeço pelas respostas que foram dadas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Manuel Fernandes Domingues, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADOR MANUEL FERNANDES DOMINGUES: "Gostaria de fazer algumas considerações



sobre a intervenção da Deputada Célia Silva Morais, não hoje, que me parece que foi cordial e como deve ser, mas na última sessão da Assembleia Municipal. Nessa sessão a Deputada Célia Silva Morais não pediu dados – fez afirmações, que estão transcritas – e afirmações graves sobre a forma como o Município tem tratado o problema da gestão de combustíveis e outras situações que, como já foi demonstrado hoje, o Município está cá para trabalhar, e não para propagandear.-----

A Deputada Célia Silva Morais tem um certo "prazer" para propagandear, mas esta é uma questão séria. Inclusive, têm havido reuniões semestrais da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais e que o Presidente da Câmara Municipal tem trazido várias vezes informação à Assembleia Municipal. O Presidente da Câmara tem assento nessa Comissão, assim como o Engenheiro Rodrigues, de Alhadas – uma pessoa com bastante tenacidade – que também faz parte dos baldios, e é dos que mais intervém. -----

Temos procurado ir ao encontro das necessidades das Alhadas, nomeadamente com a abertura de caminhos, que foram efetivamente realizados e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os membros do Executivo estiveram lá. Penso que esses caminhos chegam até Vila Verde, ou pelo menos muito próximo dos trilhos de Vila Verde. -----

Agora, vir aqui dizer que o Município tem que ir limpar ruas nas Freguesias e cortar ervas. Então para que existe uma transferência de competências nas Juntas de Freguesia – que aumentou significativamente com este Executivo, em cerca de 20 por cento? É também para a limpeza dos passeios e das bermas. Ainda assim, o Município também o faz, e tem um empresa com três tratores a trabalhar, que têm feito a limpeza das faixas de gestão de combustível, das bermas e das canas etc., em todas as Freguesias.-----

Não é possível estar todos os dias na mesma freguesia, o concelho é grande. Mas este ano temos uma equipa que está a trabalhar com muita força e começou cedo – em junho – na limpeza das faixas de gestão. Por isso, considero que a intervenção anterior foi, do meu ponto de vista, muito despropositada e até um pouco ofensiva. Dizer que não estamos a trabalhar é ofensivo para o Município, para o Executivo e até para a Proteção Civil, que no fundo era a principal visada. O Presidente da Câmara é o responsável máximo pela Proteção Civil e o Coordenador da Proteção Civil é o responsável pelos Bombeiros Sapadores, e se há alguém verdadeiramente preocupado com estas questões das faixas de gestão de combustível, é ele. Muito obrigado à Proteção Civil Municipal.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Ricardo Pedrosa Silva, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADOR RICARDO PEDROSA SILVA: "Quando há casos de verdadeira urgência, o Coordenador da Proteção Civil, por vezes, contacta-nos diretamente para mobilizarmos outros equipamentos do Município, com o objetivo de dar agilidade e acelerar o processo de limpeza – incluindo a mobilização das próprias brigadas municipais.-----

O que está em causa aqui é o papel da seriedade e da forma como os assuntos são tratados. Já desempenhei o papel da oposição, é um papel difícil, mas tocar na honra e no trabalho dos outros, nunca o fiz nem nunca o farei. Quem faz oposição deve cumprir o seu papel com responsabilidade, e não vir aqui insinuar.-----
Sempre que é feito um requerimento, o Município fornece toda a informação. É falso afirmar que não há dados disponíveis. Todos os anos aprovamos o relatório de contas, onde está explanado todo o trabalho realizado por todos os serviços do Município.-----

Tem de haver seriedade quando se fazem afirmações. E, se se vem aqui dizer que algo não foi feito, então que se prove – que se traga um documento, uma cópia de um pedido de uma Junta de Freguesia para limpar um terreno que não foi limpo. Tem que haver esse é o trabalho, tem que haver seriedade. Não se encontrou seriedade na abordagem do Partido Socialista nesta questão. Tocou-se na honra de pessoas que trabalham e que dão tudo em prol do Município."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: "Infelizmente, não estive presente na última Assembleia. No entanto, após ouvir a citação do senhor Presidente da Câmara sobre a intervenção da deputada Célia Silva Moraes, não posso deixar de intervir, por uma razão: este é um órgão político, onde representamos os figueirenses. Tenho a certeza de que os figueirenses não votaram em nós para assistirem a tantos "lapsos" como os que temos assistido no grupo municipal do Partido Socialista.-----

Recordo que, há pouco tempo, tive uma intervenção precisamente por causa de lapsos ocorridos numa moção, e o deputado municipal, pela segunda vez, referiu que se tratava de um lapso. E, após a intervenção de hoje da deputada Célia Silva Moraes, percebo que, mais uma vez, foi considerado um lapso. Das duas, uma: ou a citação feita hoje pelo Presidente da Câmara não é verdadeira, ou a interpretação da deputada, que afirmou apenas querer melhorar e que não fez afirmações. Alguma coisa está errada. E, se não estiver errado, só pode tratar-se de mais um lapso,



um lapso grave. Gravoso porque este não é um órgão onde se possam apresentar moções com base em consta-se..., dizem que..., fala-se que..., ou tem-se a perceção de....----- Mais uma vez, considero que a deputada Célia Silva Morais tem uma perceção errada – e está no seu pleno direito de a ter. Todos nós erramos, todos podemos ter perceções erradas. Contudo, quando nos dirigimos ou intervimos a um órgão como este, não podemos basear as nossas intervenções apenas em perceções. É necessário apresentar documentação, e serem realidades. E foram essas realidades que hoje foram demonstrados, e agradeço, por isso, ao Coordenador da Proteção Civil, pela clareza e qualidade da apresentação que fez.-----

Essas realidades, quando confrontadas com afirmações como consta-se, parece que, tenho a perceção de, se revelam demasiado distantes.-----

Tal como referi na moção apresentada pelo deputado municipal Vítor Gonçalves Alemão, talvez seja até positivo – ainda que da pior maneira – que estes assuntos sejam trazidos a debate, mas até é bom para percebermos que este Executivo está no bom caminho, está verdadeiramente preocupado.-----

É lamentável, no entanto, que deputados municipais façam intervenções que geram alarme público. Qualquer munícipe que estivesse a assistir online, ao ouvir as afirmações da deputada Célia Silva Morais, ficaria naturalmente preocupado. Eu própria, se estivesse em casa a ouvir tais citações, ficaria muito preocupada e exigiria esclarecimentos! Então, afinal, temos um Executivo que nada faz? Que não limpa? Que não atua? Ou será só apenas em alguns locais? Então estou aqui na cidade e não vejo? Este tipo de alarme, sem provas e sem conhecimento da realidade, é grave. São perceções que se dizem num café, não num órgão que queremos dignificar. Por isso, peço mais uma vez que haja um mínimo de rigor e sensatez, para que não se cometam erros desta natureza. Porque não vale tudo na política. Que não se comece a difamar ou a pôr em causa a honestidade política dos nossos Vereadores, do nosso Executivo e do Município.-----

Tem de haver bom senso. Estamos a poucos dias de completar três anos desde a nossa tomada de posse, no dia 17 de outubro. Não vamos agora comprometer três anos de trabalho, num momento em que procuramos criar um ambiente mais digno.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Paulo Nisa Mariano.

PAULO NISA MARIANO: “Este tema florestal é gravíssimo para o Concelho. Permito-me destacar que na intervenção do Presidente da Câmara, efetivamente houve ali um pormenor muito importante, que não é um pormenor, é um «pormaior»: quando afirma estar preocupado com o futuro da floresta do Concelho da Figueira da Foz. E tem



toda a razão para estar.-----

Em relação ao responsável pelos Bombeiros Municipais, apresentou um excelente trabalho, muito bem explicado. Há trabalho que está a ser feito nas freguesias, em todo o concelho. É o possível, naturalmente. Mas depois temos situações como duas carrinhas que, por não terem a cor certa, já não podem operar. É o Portugal que temos, escandaloso, mas é a realidade.-----

Nós, na Região Centro, somos florestais. E o concelho da Figueira é extremamente florestal. E a grande maioria da sua área é composta por sucata florestal.-----

Como dizia um técnico, após os recentes incêndios gravíssimos na região, a grande parte do que ardeu foi sucata florestal. E é verdade: é mato, é floresta desordenada. Cerca de 80 a 90% da floresta figueirense é uma floresta completamente desordenada.-----

Conheço, com algum pormenor, a antiga Freguesia de Brenha, Alhadas e Quiaios e vou dar o exemplo do problema grave que temos: entre Brenha e o norte de Caceira, existem cerca de 700 hectares de floresta abandonada. Conheço bem aquela zona – o meu avô levava-me pela mão para aquela zona.-----

Há cerca de 15 dias, fui com o meu jipe aos "Casarões", em Lírío, para ver que madeira havia para cortar em terrenos da minha família. Andei 200 ou 300 metros, e as acácias nos caminhos já são tão grossas que o jipe não passava. Os caminhos já têm árvores, não apenas mato.-----

A culpa não é desta Câmara Municipal, nem das anteriores. Isto vem de longe. Não há política florestal em Portugal, muito menos na Região Centro.-----

Vou citar um exemplo, para que se perceba o tempo que se demora a resolver as coisas neste país: o professor Oliveira Salazar, na década de 1950, decidiu emparcelar o Vale do Mondego. Só agora está a terminar o Vale do Pranto – ao fim de 70 anos. Em sete décadas, avançámos 300 quilómetros numa zona fácil de emparcelar, por ser maioritariamente arroz.-----

Os fogos vão continuar a acontecer no nosso concelho, e com grande violência, quando se reunirem três fatores: vento forte, humidade baixa e calor intenso – como aconteceu em Albergaria.-----

E agora digo algo que pode parecer exagerado, mas é a verdade: provar é difícil, mas é a minha convicção – e não só minha: a madeira é um negócio da China, quando se compra barata e se vende cara. "Madeira de serra" é um pinheiro que pode ser transformado em tábuas – é vendida a 80 euros por tonelada numa serração qualquer da Região Centro. Se o pinhal não tiver ardido, o negociante de madeira compra a



20 ou 30 euros por tonelada. Se tiver ardido, paga apenas 5 euros por tonelada. Portanto, o negócio do fogo é um "negócio da China" em Portugal. E estão-se a fazer fortunas brutais à custa da ausência de uma política florestal eficaz. Hoje em dia, na Região Centro, existem grandes "latifundiários" de eucalipto. O termo vem do pós 25 de Abril, associado aos latifundiários alentejanos. Mas também aqui na região centro existem grandes latifundiários com 5, 10, 15, 20 mil hectares de propriedades.-----

Na Figueira da Foz, temos zonas que são autênticas bombas-relógio. E pode o Município comprar mais 100 camiões, pode contratar mais 200 ou 300 bombeiros – quando as condições ideais para os fogos se reunirem, vai acontecer com grande violência, como já vimos noutros locais.-----

Há muito bom trabalho a ser feito, mas não chega. O verdadeiro problema é o emparcelamento. A maioria dos proprietários florestais do concelho não sabe o que tem. Conhecem os artigos nas cadernetas, mas não conhecem os terrenos, nem querem saber. A grande maioria dos proprietários florestais não querem saber.-----

Fui o último proprietário florestal a tratar os terrenos entre Brenha e Caceira – uma área considerável. Fui o último, estava sozinho, todos os outros já tinham abandonado.-----

Há muitas zonas como esta na Figueira da Foz. E quando as condições forem propícias à propagação dos incêndios, os incendiários – que a maior parte deles não são malucos, são criminosos – vão agir.-----

É urgente uma política nacional de emparcelamento para resolver este problema de uma vez por todas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Em primeiro lugar, quero agradecer o relatório que nos foi apresentado, que nos ajudou a compreender melhor a situação. Atrevo-me a sugerir ao Presidente da Câmara que, se possível, nos seja enviado um relatório deste tipo anualmente, para que as pessoas fiquem mais esclarecidas.-----

Relativamente ao relatório, gostaria de colocar três questões:-----

Primeiro disse que, este ano, houve uma triplicação na execução da gestão de combustíveis. Gostaria de saber qual foi o motivo dessa triplicação. Houve aumento de pessoal? Melhor gestão de recursos?-----

No que diz respeito à beneficiação de caminhos florestais, por que motivo não foi feita intervenção nos anos anteriores e só este ano foi feito?-----

Por fim, gostaria de saber se a área florestal do Estado está limpa ou, pelo menos,



se existe uma estimativa da percentagem de área que se encontra limpa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Coordenador da Proteção Civil, João Matias, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

JOÃO MATIAS: “A área que foi triplicada deve-se à razão que referi anteriormente. Os Planos Municipais de Defesa da Floresta foram elaborados há cerca de 10 anos. Nesses planos, foi aprovado que a execução das faixas de gestão de combustível no Concelho seria feita em três zonas: Norte, Centro e Sul.-----

Por sugestão do Presidente da Câmara Municipal, na reunião da Comissão realizada no ano passado, foi proposta uma nova divisão no Concelho: em vez de três zonas, passaríamos a ter apenas duas – Norte e Sul. Esta alteração levou ao aumento da área intervencionada, pois a junção representa uma área maior. Além disso, as freguesias não têm todas a mesma área florestal. Por exemplo, São Pedro praticamente não tem área florestal, mas depois, quando estamos a falar a Sul, temos logo uma freguesia que não tem área florestal nenhuma. Quando somámos as freguesias do Sul e as freguesias do Norte, a área “triplicou” porque a zona da junção de todas as freguesias é maior, por ter sido dividida em duas.-----

Quanto à área do Estado, todo o serviço público que referi é realizado em terrenos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. No ano passado, foi visível para todos a intervenção significativa do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas na Serra da Boa Viagem. Todos os anos, a Brigada de Sapadores Florestais da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra tem sido deslocada para a Mata de Foja, mantendo essa zona limpa. A nova máquina que chegou irá intervir em 75 hectares, trabalhando talhão a talhão, de Norte para Sul. Neste momento, está a operar perto da Praia da Tocha, ainda dentro do Concelho da Figueira da Foz. Presumo que, no próximo ano, nos sejam atribuídos os talhões seguintes, e assim sucessivamente.-----

Relativamente aos caminhos florestais, a intervenção deste ano foi possível porque a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra adquiriu uma máquina que está ao serviço dos vários Municípios. Este ano, tivemos acesso à máquina durante cerca de um mês e meio, o que permitiu a execução de 10 quilómetros de caminhos. A máquina vai rodando entre os Municípios e deverá voltar a estar disponível para nós no próximo ano.-----

Atualmente, essa máquina está a operar no interior da região de Coimbra. A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra iniciou também um protocolo com a Adesa – Associação Desenvolvimento Regional da Serra do Açor, que está a trabalhar



no pinhal interior. Assim, a máquina da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra ficou disponível para o litoral. Tinham acesso à máquina até ao final de julho, conforme definido em Conselho Intermunicipal, durante o mês de agosto, a máquina ficará estacionada numa galera no Município de Montemor-o-Velho, por ser uma zona central do litoral – abrangendo municípios como Coimbra, Cantanhede, Soure, Condeixa, entre outros. A máquina estará disponível 24 horas por dia e poderá ser ativada por qualquer Município em caso de incêndio, desde que esteja disponível.-----

E quando nos calhou a nós, conseguimos aumentar o tempo de trabalho. Portanto, trabalhou o mês de julho, que estava destinado a nós, e depois estávamos naquele caminho que mencionei há pouco, em Quiaios. Não fazia sentido deixar o caminho por acabar, então ainda ficaram mais uns dias para o completar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputado municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: “Eu sou a Presidente de Junta de Freguesia nomeada e eleita para representar os Presidentes de Junta na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Tenho a dizer que, para além disso, todos nós, os Presidentes de Junta, somos também os responsáveis pela proteção civil nas nossas freguesias. Portanto, é natural que demonstremos alguma preocupação neste caso dos incêndios.-----

A intervenção da deputada Célia Silva Morais foi da sua responsabilidade. Acho que houve aqui um certo exagero em relação a algumas das declarações que ela fez. Tenho a dizer que concordo com ela. Graças a Deus, este ano não nos aconteceu nada. E não nos aconteceu nada não apenas por falta de atividade do Executivo Municipal, mas porque, de facto, não aconteceu. Já nos aconteceu no passado, no tempo do mandato do Partido Socialista, e o que tivemos de fazer foi, de facto, arregaçar as mangas, trabalhar em parceria com os bombeiros e com a proteção civil, e resolver as situações.-----

Peço que não considerem esta intervenção um ataque à Proteção Civil ou aos Sapadores Florestais. Sabemos que enfrentam bastantes constrangimentos na sua ação. São profissionais que estimamos e, se calhar, todos os dias temos oportunidade de lhes demonstrar esse nosso sinal de apreço. Eu própria o tenho feito, porque tenho sentido de muito perto o apoio da Proteção Civil e dos Sapadores Florestais em algumas necessidades de limpeza que temos vindo a realizar em conjunto.-----

Como referi, faço parte desta Comissão e, na reunião de 26 de junho, quis ressaltar



exatamente a questão da falta de limpeza dos caminhos florestais e das bermas das nossas estradas. Fi-lo como mais uma forma de reforço e sinalização de um trabalho que tem de continuar a ser feito.-----

Não o fizemos para apontar o dedo a ninguém, até porque acho que este deve ser um trabalho feito em conjunto. O Vereador Manuel Fernandes Domingues falou da limpeza das bermas e da transferência de competências. Se calhar faço mal em intervir em nome de todos os Presidentes de Junta de Freguesia, porque cada um deverá falar por si. Eu falo por mim. É certo que esta limpeza foi feita, mas peca um pouco por ser tardia. Não estou a apontar o dedo por isso, porque sabemos que o processo de contratação nem sempre é fácil.-----

No âmbito da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, é verdade que temos essa responsabilidade. No entanto, a maior parte das Juntas de Freguesia não tem meios mecânicos para o fazer. Muitos também não têm meios humanos. O que temos de fazer, na maioria das vezes, é contratar serviços – e esse processo, à semelhança do Município, é bastante difícil. Na Freguesia de Ferreira-a-Nova, temos um equipamento: um trator com corta-sebes que, cada vez que sai à rua, fica danificado e temos de pagar valores elevados em reparações, e o valor da transferência de competências, muitas vezes, não cobre esses custos.-----

Tenho a liberdade de dizer isto aqui porque já o transmiti ao Executivo Municipal. Por isso, penso que esta intervenção não deve ser encarada como um ataque, mas sim como um alerta. Resta também dizer que algumas queixas podem estar relacionadas com a falta de informação aos Presidentes de Junta quando se realizam ações ou visitas às freguesias. Se fôssemos mais envolvidos neste processo, estaríamos mais informados e, muitas vezes, não teríamos razões de queixa.-----

Portanto, o que peço é que nos incluam mais, que nos informem mais – e as coisas correrão muito melhor no futuro.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Depois de ter ouvido todas as intervenções, gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao senhor Comandante do Serviço Municipal de Proteção Civil, pelo trabalho realizado e pela apresentação feita. Ouvi as solicitações e sugestões para que este tipo de apresentação seja feito mais regularmente. Posso garantir que, por vezes, o trabalho de facto não está feito, às vezes há falta de serviços para o executar, e essa sistematização, demonstração e cooperação nem sempre existe com todo o detalhe que aqui foi apresentado. Mas essa nota fica registada.-----



Não vou voltar atrás na intervenção da semana passada, ou de há duas semanas, que justificou o pedido de convocatória da Assembleia Extraordinária. Gostaria de dizer o seguinte: o facto de eu ter ficado chocado com a intervenção – e não só eu, mas também pessoas de outros partidos políticos – não me inibe, como os senhores Comandantes sabem, de ter uma profunda preocupação com a situação do Concelho e do País. O deputado Municipal Paulo Sousa Mariano disse e bem: 80 ou 90% do país está num estado que não devia estar, com infestantes e falta de limpeza que têm gerado os acidentes que todos conhecemos.-----

Se formos aos locais onde ocorreram os incêndios graves em 2017 e 2015 – nomeadamente na Pampilhosa da Serra, Oleiros, Arganil, Lousã – e se andarmos pelas estradas desses concelhos, vemos quantas infestantes existem e quantas faixas estão limpas. O sistema nacional está errado, há muitos anos que o digo. Tive muito pouco tempo como Primeiro-Ministro para conseguir mudar isso. Já tive grandes discussões com Secretários de Estado e Ministros. Os Primeiros-Ministros, normalmente, têm pouco tempo para discussões, mas sempre defendi que a responsabilidade principal tem de ser dos municípios.-----

Por mim já tinha entrado em várias propriedades privadas, quando se olha e se vê uma irresponsabilidade. É evidente que o clima, a humidade e as chuvas têm ajudado ao crescimento da vegetação. Mas vamos notificar os proprietários, eles nem sabem, nem vão aos terrenos. Estive nesses sítios que o deputado municipal Paulo Nisa Mariano mencionou. Há três semanas, entrei pelas ruas em Lírrio e fui até Caceira. De facto, não se consegue passar ali. Fomos também a outros locais, como junto à EN17, na Serra dos Castros, e como sabem: vou contar isto aqui, podem brincar à vontade, não vou dizer nada de mal, diziam-me: «Daqui para a frente só se pode andar até 80 metros». E eu dizia: «Não, vamos continuar». Às vezes diziam que já tinham limpo, e eu insistia: «Vamos para diante». Quando falei aqui, outro dia, em cortar silvas e matagais, não íamos de espada, mas pronto, picámos um bocadinho mas chegámos ao fim.-----

Andei nesses locais que são, sem dúvida, verdadeiros paióis. Mas uma coisa é dizer que estamos a fazer tudo o que podemos – e mais – e outra é dizer que, nos últimos anos, não se tem feito nada, que a Figueira da Foz está sob ameaça. Está o País todo.-----

Como disse o deputado municipal Paulo Sousa Mariano o que aconteceu agora nesses sítios pode acontecer em qualquer parte do país que tenha este tipo de floresta e vegetação, porque não está ordenada nem limpa – e o resto é conversa. E eu não



consigo perceber, são daquelas coisas óbvias: como é que os governos, seja qual for, não acordam e dizem: «Epá, isto não vai para diante».-----

Lembro-me de andar na Serra, ali perto de Oleiros, e os proprietários rurais, os pequenos proprietários, diziam-me: «Ó Senhor Doutor, por que é que vem de Lisboa fazer o cadastro aqui? As associações de pequenos proprietários sabem muito melhor como fazer o cadastro e depois colaboramos com o Ministério da Agricultura. Eles não sabem, andam aqui a olhar para o ar, não sabem onde estão as árvores, nem que espécies são». Quando dou a volta com eles, sabem exatamente o que refilo e protesto. Mas eu também sei as máquinas que têm e os efetivos que têm.-----

Hoje à tarde, recebi mais oito efetivos de sapadores florestais. Fizemos o curso agora em Lisboa em seis meses. Pronto, temos mais oito, mas temos falta de pessoas – disso não tenham dúvidas. Agora, a generalidade do Concelho, o Presidente de Junta de Freguesia de Paião, ou de Vila Verde, ou outros dizem: «Venham aqui limpar, se faz favor, com a máquina». Depois, saímos dali, vamos a outras ruas e 500 metros à frente está igual ao que vimos. É uma no-ending story, um trabalho quase sem fim. Mas se for feito por todos, em cooperativa – e eu acho que são os Presidentes de Câmara, os Presidentes de Junta e a Proteção Civil – conseguimos. Quem está em Lisboa não faz ideia. Já fui Presidente da Câmara de Lisboa, mas mesmo assim tive que levar da Figueira da Foz para fazer coisas que já deviam estar feitas há décadas e não foram, nomeadamente, um tanque de água como deve ser, em Monsanto, no Parque de Monsanto, ou fazer clareiras para os carros de bombeiros poderem fazer inversão de marcha, ou numerar os caminhos, para que os bombeiros ou qualquer pessoa que veja um fogo saiba dizer onde está. Ou até tirar a carro-escada de Monsanto, porque é preciso em zona urbana, e não no Parque Florestal. Foi uma pessoa da Figueira que foi lá fazer esse relatório – calculam quem seja – e disseram o que tinha que ser feito.-----

Portanto, o País não acorda para isto, infelizmente. Tive o mérito de contribuir para alertar. Qualquer coisa muito errada que digamos sobre uma matéria sensível, mesmo que errada, contribui para alertar. Agora, é bom que todos nos sintamos, depois disto, mais obrigados a olhar, de facto, para esta realidade. E nas nossas freguesias também, apertarmos com os nossos fregueses, com os nossos munícipes. – É o que eu digo aos Primeiros Ministros: têm aqui uma lista de assuntos para decidir em meia hora. São óbvios. Têm que se notificar os proprietários até março! Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por nós, este é o ponto da situação no Concelho. Ainda ontem reuni com o Coordenador e o **Comandante da Proteção Civil**



Municipal, e já lhes tinha pedido: os Bombeiros Sapadores têm falta de um carro de escada de socorro e salvamento. O que me chocou, no incêndio que houve antes das eleições, ali na estrada de Coimbra, estavam todos à espera de um carro de escada de socorro e salvamento que vinha de Soure.-----

Os Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz têm, mas os Bombeiro Sapadores não têm. Estamos a analisar várias sugestões – em primeira mão, em segunda mão – e já tinha tido esta conversa com eles há um ano. Falei-lhes sobre a possibilidade de adquirir através de leasing, que tem vantagens, até na substituição de material. Alivia também o encargo inicial, que recai sobre o município. Acredito na força dos Bombeiros Sapadores do Município e que deve deixar de ter um carro escada de socorro e salvamento para intervenção em incêndios urbanos e em ocorrências na zona urbana, especialmente em edifícios altos. É básico, mas custa muito caro. Os valores que nos deram variam entre 700 mil, 1 milhão e 200 mil, até 1 milhão e 300 mil euros. Há aí uma fundação que poderia contribuir – seria uma boa forma de resolver a questão. Mas vamos conseguir. Pronto, é este o ponto de situação.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Jorge Bugalho Silva.

JORGE BUGALHO SILVA: “Eu vou falar, e espero que todos compreendam que não estou a falar contra ninguém. Vou falar apenas sobre este imbróglio e este problema dos fogos.-----

Começo por me dirigir ao Vereador Manuel Fernandes Domingues, apenas para dizer que existe, nas Alhadas, um Presidente de Junta Freguesia sempre disponível para acompanhar em algumas deslocações de limpezas que há a fazer. E não é preciso ser um Alhadense qualquer a dizer onde deve ser limpo ou deixado por limpar. Existe um Presidente de Junta que ouve a população, que escuta as queixas e que, quando necessário, está sempre disponível para se deslocar com o senhor Vereador, com o Senhor Presidente da Câmara, com a equipa técnica ou com quem for da Câmara Municipal, para visitar os lugares das Alhadas – e são muitos – que precisam de limpeza.-----

Já agora, deixo aqui registado um local que me preocupa bastante, e o Presidente da Câmara sabe disso, pois falámos há pouco tempo: a Casa da Renda. É uma preocupação muito grande para todos os Alhadenses, e gostava que, um dia, se disponibilizasse para visitar o local, como já falámos anteriormente, e que fosse feita uma limpeza na Casa da Renda.-----

Depois, dizer também que ouvi com muita atenção a intervenção do deputado municipal Paulo Nisa Mariano, e não há dúvida de que o país precisa de um trabalho mais



profundo, no que diz respeito à limpeza. Não basta decretar a limpeza dos terrenos e aplicar algumas coimas aos proprietários, que resolve o problema. Uns limpam, outros não limpam, e o problema subsiste.-----

Penso que o Governo tem de ter uma atitude mais abrangente, com ações em áreas de vários hectares, e realizar as limpezas diretamente, imputando naturalmente, as despesas dos proprietários, porque esta lógica de limpar um terreno e o vizinho não limpar não resulta. Sabemos que o fogo não é só terrestre, propaga-se também pelo ar e, por isso, as limpezas têm de ser feitas de forma mais abrangente.----

Não me vou alongar muito mais, apenas dizer que há, de facto, vários espaços na Freguesia das Alhadas com um grau de perigosidade bastante elevado, e que eu gostava que a equipa técnica ou o Vereador Manuel Fernandes Domingues, um dia fosse fazer uma visita a esses locais, para vermos se conseguimos avançar com a limpeza."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Um dos pontos tratados na Assembleia Municipal, que refletiu questões complexas, foi o relativo à instalação, no Concelho da Figueira da Foz, de uma empresa – a Bioadvance – e às condições, ou aos termos, em que estaria já a laborar, e que estaria a emitir gases resultantes da sua produção, do seu trabalho; em que os fregueses estavam a ingerir esses gases, que foram descritos, o tipo de gases e o licenciamento que teria sido feito, bem como os termos em que a empresa teria vindo para o Concelho; os termos em que estava autorizada e os termos em que podia, de facto, instalar-se na freguesia de Vila Verde, que demonstraria, mais uma vez, o desprezo por aquela freguesia, e que este tipo de lixos ou de trabalhos poluidores iriam lá parar. Chegou-se a dizer até – como tenho aqui anotado – que, hoje em dia, Vila Verde tem também que receber os esgotos que vêm da margem sul.-----

Por isso, pedi também o favor da presença do Diretor Geral da Águas da Figueira, S.A., João Carlos Damasceno e do Diretor de Departamento de Ambiente e Obras Municipais, Valter Rainho.-----

Em relação à questão da empresa, temos um PowerPoint que demonstra o processo, feito principalmente pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, e pela Chefe de Divisão de Ciência e Inovação e Desenvolvimento Económico, Ana Silva Heitor, e foi esta última que de facto acompanhou este processo desde o início.-----

Não sei se está aí o responsável da empresa da Bioadvance, Paulo Gaspar, mas julgo que está. Mas a sua intervenção terá que ser autorizada pela Assembleia Municipal."



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Esta é uma Sessão Extraordinária e por isso não tem intervenção do público."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu acho que era bom, de facto, existir calma. Em princípio, nas Assembleias Extraordinárias não há participação do público. Só que eu não sei se há precedente. Acho que já houve, até neste mandato – mas não juro. E, de facto, julgo que foi uma Assembleia Extraordinária. Portanto, se estou errado, admito. – Agora, aqui há uma pessoa que não é propriamente público. Trata-se de uma Assembleia Municipal que visou a correção de procedimentos de uma empresa. E foi dito que a empresa estaria a laborar, e como é que estaria a laborar sem licença! Foi dito tudo isso. Portanto, não é o público que vem aqui fazer uma sugestão ou pedir uma obra. Acho que é o senhor da Bioadvance, eu conheço-o e já tinha olhado para si, não leve a mal, mas não o reconheci."-----

Mas é o chamado direito à defesa e a democracia, julgo que deve consentir. Porque se é só numa determinada Assembleia Municipal, fica a calúnia no ar, acho eu, porque é de calúnia que se trata. E, portanto, se o senhor Presidente da Assembleia Municipal autoriza, eu considero que a Vice-Presidente da Câmara Municipal e a Chefe de Divisão de Ciência e Inovação e Desenvolvimento Económico, Ana Silva Heitor o podem apresentar. Eu percebo que o senhor Paulo Gaspar gostasse de falar primeiro, mas aqui existem regras. É como na sua empresa, de certeza – por muito democrática que seja – haverá regras. E, portanto, aqui também devemos cumprir essas regras."-----

Nós vamos expor o que trouxemos. Algumas das coisas são factuais, eu diria. Está ali também o Presidente do Conselho de Administração do Porto da Figueira da Foz, Eduardo Feio, se não pode falar, eu convidei-o, mas é sui generis. E tenho que lhe pedir desculpa porque, de facto, quem fez a concessão para a instalação no local foi o Porto da Figueira da Foz, sufragado e apoiado pela Câmara Municipal. Não foi este Presidente do Porto da Figueira da Foz, foi a Presidente anterior, em agosto de 2022. Por isso, eu disse várias vezes que «estão a vir ao sítio errado». E sabem muito bem que estão a vir ao sítio errado. Têm que pedir explicações ao Porto da Figueira da Foz, porque é que fez o contrato para se instalarem ali.---
E muito bem, na minha opinião – pelo que sei, muito bem. Não somos nós que autorizamos. Não temos jurisdição ali. A Câmara Municipal aprecia o projeto de obra, de arquitetura -----

Hoje, o Porto da Figueira da Foz tinha agendada uma sessão solene na Guarda, onde,



em princípio, estaria presente o Presidente. Falei com o Dr. Carlos Monteiro, vogal do Conselho de Administração para que representasse o Porto da Figueira da Foz nessa cerimónia, para que o Presidente do Conselho de Administração do Porto da Figueira da Foz, Dr. Eduardo Feio, estivesse presente nesta Assembleia Municipal, com o objetivo de esclarecer, nesta sessão, que foi ele quem procedeu à celebração deste contrato.-----

Mas, senhor Presidente da Assembleia Municipal, se a Vice-Presidente da Câmara Municipal e a Chefe de Divisão de Ciência e Inovação e Desenvolvimento Económico, Ana Silva Heitor puderem fazer esta apresentação factual – nomeadamente, só os excertos dos pareceres das várias entidades, que se pronunciaram sobre a instalação da Bioadvance – é uma curta apresentação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Eu vim para uma Assembleia Municipal Extraordinária, em que, como assistimos no primeiro assunto, foi para nos esclarecer. Parece-me que, para além disso, não tirando o mérito da Vice-Presidente da Câmara Municipal e a Chefe de Divisão de Ciência e Inovação e Desenvolvimento Económico, Ana Silva Heitor, da intervenção que vão fazer, era óbvio que as outras entidades, nomeadamente o Porto da Figueira da Foz, a empresa Águas da Figueira, S.A., também deveriam ter a possibilidade, não de discutir connosco, mas de esclarecer factos. E, portanto, eu propunha, em nome do PSD, à Assembleia Municipal, que fosse aceite que os representantes destas entidade, no seu devido tempo, pudessem intervir.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “A Assembleia Municipal é soberana. Acredite que, no final, ia propor, se estivessem de acordo, de ouvirmos o Engenheiro Paulo Gaspar. Mas agora não. É uma Assembleia Municipal Extraordinária. Eu sei que a exceção se pode abrir, mas estamos todos comprometidos com ela.-----
Portanto, a intenção era essa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco:

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “De facto, o artigo décimo, como sabemos, é o único do Regimento da Assembleia Municipal, que se refere às sessões extraordinárias. E é omissivo relativamente a esta situação.-----

Seguindo a linha de pensamento do líder do grupo municipal do Partido Social Democrata, o que eu propunha é que ouçamos todas as pessoas que possam esclarecer-nos sobre esta questão, mas chamando a atenção do cidadão que interveio, pois esta é uma Assembleia Municipal e não é permitido interpelar o Presidente da Assembleia Municipal daquela forma.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "As assembleias extraordinárias apenas podem tratar do assunto ou assuntos constantes da Ordem de Trabalhos. Nestas assembleias, por Lei, não há lugar à intervenção do público, nem a quaisquer outros pontos extra agenda. O meu objetivo é ouvir todos. Eu, pessoalmente, percebo que há interesse no geral. Mais tarde, irei colocar à consideração deste plenário a eventual aceitação da intervenção dos cidadãos presente hoje nesta sala."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra Chefe de Divisão de Ciência e Inovação e Desenvolvimento Económico, Ana Silva Heitor, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

ANA SILVA HEITOR: "Cabe-me a mim fazer um pequeno enquadramento da empresa, bem como contar um pouco do percurso da sua vinda para a Figueira da Foz. No caso, enquanto responsável pela Divisão de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Económico, tenho acompanhado o processo de captação e atração de investimento no Concelho.- Esta foi mais uma empresa que veio ao nosso encontro, que recebemos e temos acompanhado dentro das nossas competências.-----

Assim, passo a fazer uma breve caracterização da empresa: a empresa foi constituída sob a marca Biodvance - The Next Generation, Lda., a 9 de outubro de 2007, operando na unidade em Pombal, com um capital social de 3.850.000,00 €. A sua Classificação de Atividade Económica é a fabricação de Biodiesel, sendo esta unidade dedicada à produção de biodiesel exclusivamente a partir de óleos alimentares usados.-----

O projeto apresentado para a Figueira da Foz corresponde à instalação de uma segunda unidade industrial, complementar à de Pombal, localizada no terminal de granéis líquidos do Porto da Figueira da Foz. Na altura da apresentação do projeto, a empresa já tinha uma candidatura aprovada ao Sistema de incentivos Investimento Produtivo Verde. Este projeto foi aprovado pelo IAPMEI e obteve um financiamento de 3.700.000,00 €, num investimento total de 11.000.000,00 €.-----

O projeto foi inicialmente lançado em Monte Redondo, Leiria, onde se começou a delinear a instalação da nova unidade industrial. Posteriormente, pelas características que a Figueira da Foz apresenta, nomeadamente a proximidade ao porto e as necessidades logísticas associadas, a empresa decidiu transferir o projeto para a Figueira da Foz.-----

Trata-se de uma empresa que apresentou uma candidatura ao Estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN).-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A empresa veio para a Figueira da Foz pelas razões que



foram aqui referidas, ou, como foi dito na anterior Assembleia Municipal, porque foi recusada em Pombal?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra Chefe de Divisão de Ciência e Inovação e Desenvolvimento Económico, Ana Silva Heitor, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

ANA SILVA HEITOR: "Não tenho qualquer conhecimento sobre uma eventual recusa em Pombal. Essa informação não nos foi transmitida. Está presente o responsável da empresa Bioadvance, que poderá, se possível, esclarecer essa situação.-----

As vantagens que justificaram a vinda para a Figueira da Foz prendem-se, sobretudo, com a localização, o porto de Graneis e a proximidade e a tipologia da instalação prevista. Tendo em conta todas estas condições, e a disponibilidade de área no Porto da Figueira da Foz, a empresa tomou a decisão de transferir o projeto para a Figueira da Foz.-----

A empresa mantém a unidade em Pombal, sendo esta uma segunda unidade. Relativamente ao projeto que está em discussão e que foi apresentado, não é apenas por estar a ser apresentado por mim, mas por todas as entidades envolvidas e pelo próprio o projeto em si, que se trata de um projeto de biodiesel avançado, encarado como uma ferramenta de redução de emissões de CO₂, assumindo relevância no âmbito da sustentabilidade ambiental.-----

Os biocombustíveis são alternativas ecológicas e sustentáveis aos combustíveis fósseis, contribuindo para a sustentabilidade e para a economia circular. Este projeto prevê a utilização de parte do biodiesel produzido para alimentação nas próprias caldeiras da unidade, que geram o calor e o vapor necessários ao processo produtivo, promovendo assim também a eficiência energética.-----

Este é, claramente, o foco do projeto e da sua implementação na Figueira da Foz: através da produção de combustíveis cuja matéria-prima principal são os óleos alimentares usados. A valorização do resíduo está refletida nas características do projeto que foi apresentado e que se encontra em desenvolvimento.-----

Este projeto representa um investimento de 25,3 milhões de euros, com uma produção estimada de 20 mil toneladas por ano, um volume de negócios de 30 milhões de euros e a criação de 36 postos de trabalho, dos quais 19 são altamente qualificados.--

Tal como referido pelo Presidente da Câmara Municipal, foi celebrado um contrato de concessão com a Administração do Porto da Figueira da Foz em 30 de agosto de 2022, com um prazo de 15 anos. Este contrato foi assinado pela Presidente do Conselho de Administração, à data, Maria de Fátima Lopes Alves, e refere-se ao uso



privativo de uma parcela, situada no terminal de granéis líquidos do Porto da Figueira da Foz, destinada à construção de uma unidade de produção e armazenagem de biodiesel.-----

O projeto obteve o alvará de licença n.º 42/2022, emitido a 16 de dezembro de 2022. Posteriormente, devido a alterações no projeto, foi emitido um aditamento ao alvará em 7 de agosto de 2024, assinado pelo administrador do Porto da Figueira da Foz, Dr. Carlos Monteiro.-----

No que diz respeito ao processo de classificação como Projeto de Potencial Interesse Nacional, todas as entidades envolvidas emitiram parecer favorável à pretensão da empresa, nomeadamente: Agência Portuguesa do Ambiente; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Câmara Municipal da Figueira da Foz; Direção-Geral das Atividades Económicas; Direção-Geral de Energia e Geologia; Agência para a Competitividade e Inovação; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; Turismo de Portugal.-----

Todas estas entidades emitiram pareceres favoráveis:-----

A Agência Portuguesa do Ambiente declarou nada ter a «opor ao que o projeto da criação da unidade industrial de produção de biodiesel a partir do óleo alimentar usado seja considerado um Potencial Interesse Nacional, desde que este cumpra toda a legislação ambiental aplicável»;-----

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro destacou que, «relativamente aos impactos da atividade da empresa, o tratamento das águas residuais industriais, provenientes das purgas, do circuito de refrigeração e das águas pluviais contaminadas, será efetuado numa estação de tratamento de água residual industrial. Adicionalmente, todos os reatores e depósitos da unidade estão equipados com sistemas de recolha de vapores, que serão conduzidos para tratamento numa coluna lavadora de gases. Este circuito é totalmente fechado e não ocorre libertação de odores ou compostos voláteis. Deste modo, consideramos que o projeto é relevante para o município e região, e se encontra em condições de obter parecer favorável desta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro para o reconhecimento como Projeto de Interesse Nacional.-----

Relativamente à Câmara Municipal da Figueira da Foz, esta referiu que «este projeto de biocombustíveis de segunda geração demonstra um compromisso visando a redução da dependência do país em relação ao petróleo e com a descarbonização do setor dos transportes, enquanto impulsiona a economia circular e a inovação tecnológica».



Concluiu referindo que «o parecer do Município da Figueira da Foz é favorável a este projeto». A Vice-Presidente da Câmara Municipal fez parte da Comissão.-----

A Direção-Geral de Atividades Económicas, referiu que o seu «parecer é favorável caso esteja assegurada a viabilidade financeira e a sustentabilidade ambiental do projeto».-----

A Direção-Geral de Energia e Geologia refere que, «atendendo aos postos e os benefícios socioeconómicos e ambientais do projeto, desde que cumpridos os requisitos de elegibilidade, nada teremos a obstar à atribuição de estatuto de Projeto de Interesse Nacional, tanto mais que ao nível das políticas nacionais de energia e clima, se preveem alterações no sentido da descarbonização do setor da mobilidade e dos transportes, com os combustíveis fósseis tradicionais a serem progressivamente substituídos por eletricidade, biocombustíveis, combustíveis sintéticos, renováveis, hidrogénio verde e biometano, obtendo-se ganhos ambientais e deficiências significativas. A ampliação da capacidade produtiva de biocombustíveis através deste projeto potenciará a oferta existente e terá um impacto positivo em toda a cadeia de valor».-----

Relativamente ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, «em resultado, face às projeções económicas e financeiras apresentadas e considerando credíveis os pressupostos avançados pela empresa, o presente parecer, com foco na viabilidade económica e financeira, é positivo, condicionado à apresentação do comprovativo que demonstra disponibilidade bancária em conceder um empréstimo de 12.000.000,00 €, como atrás se anuncia, e ainda condicionado ao integral cumprimento de todos os requisitos legais aplicáveis ao exercício da atividade industrial em termos de legislação em vigor».-----

O Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, refere «a área do projeto de criação de unidade industrial da produção de biodiesel a partir do óleo alimentar usado, localiza-se numa área artificializada do uso industrial e infraestruturada. Aquele tipo de uso e ocupação do solo é pouco propício à presença de populações de espécies da flora e da fauna com estatuto de proteção legal. Pelo disposto, considera-se que o projeto reúne condições para ser reconhecido como Projeto de Interesse Nacional».-----

Por último, o Turismo de Portugal: «a implementação desta unidade industrial tirará partido da acessibilidade marítima e ferroviária e estima ter um impacto com pouco significado na envolvente pelo facto de prever a ausência de libertação de odores e compostos voláteis e a não ocorrência de qualquer descarga de efluente líquido



para o meio hídrico ou para o solo. Face ao exposto e do ponto de vista do turismo, propõe-se a emissão de parecer favorável ao presente pedido, por se pressupor que o mesmo enquadrável na situação de excecionalidade no número 3.º, do artigo 6.º, do Decreto-Lei nº 154, de 2013, de 5 de novembro, nomeadamente pelo manifesto de Interesse Ambiental e Produção Relevante de Bens e Serviços Transacionáveis do Projeto, o que deverá ser validado pelos restantes entidades competentes representadas e intervenientes».-----

Relativamente às competências do Município, no âmbito do licenciamento urbanístico, cuja autorização compete à Câmara Municipal, foi submetido em 20 de fevereiro de 2023 um pedido de licenciamento para a realização de obras de construção destinadas à instalação de uma unidade de produção de biodiesel, utilizando óleos alimentares usados. A licença de construção foi emitida em 20 de abril de 2024, estabelecendo um prazo de 24 meses para a conclusão das obras.-----

Em 22 de maio de 2024, a empresa apresentou um projeto de arquitetura com o objetivo de legalizar alterações ao projeto inicialmente submetido para a nova unidade industrial de produção de biodiesel.-----

Atualmente, a emissão da licença de utilização encontra-se em curso, estando pendente a apresentação do título digital da instalação. Este título será emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, entidade que coordena o processo de licenciamento no âmbito do Sistema de Indústria Responsável. Este é o ponto de situação no que respeita à competência do Município.-----

No que diz respeito à licença ambiental e industrial exigida para esta atividade, é necessário que a mesma esteja sujeita ao procedimento de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição, que se traduz na obtenção de uma licença ambiental. Este processo implica a emissão do Título Único Ambiental e o cumprimento das obrigações legais de monitorização e comunicação, incluindo relatórios ambientais anuais.--

Este processo encontra-se em curso e a atribuição de licença é da competência da Agência Portuguesa do Ambiente e foi submetido pela empresa, tendo já algum histórico relacionado com este licenciamento, mas ao abrigo da nova legislação, foi submetido em 30 de agosto de 2024 o processo de licenciamento ambiental.----

De acordo com a informação prestada pelas diversas entidades envolvidas, o processo de licenciamento industrial, da responsabilidade da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, também se encontra em curso, tendo a instrução do processo sido iniciada em 2023.-----

No âmbito do processo de licenciamento industrial e ambiental, foi determinado



pelas entidades competentes que o projeto não está sujeito a Avaliação de Impacto Ambiental. Concluiu-se que a atividade em causa não é suscetível de provocar impactos negativos significativos no ambiente. Assim, embora a empresa pudesse, em teoria, estar sujeita à Avaliação de Impacto Ambiental, as entidades envolvidas consideraram que o projeto está isento da obrigatoriedade de elaboração do respetivo estudo.-----

De acordo com a informação transmitida pela própria empresa, esta encontra-se atualmente em fase de testes aos equipamentos, não estando ainda a laborar.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão:-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Em primeiro lugar, fico muito satisfeito pela convocatória desta Assembleia Municipal Extraordinária. Digo-vos mesmo, estou muito satisfeito. Foi a melhor coisa que nos podia ter acontecido. E assim também tenho a oportunidade para dar também um pouco do conhecimento, da minha ignorância a esta Assembleia Municipal, porque também já ouvi aqui tanta coisa, até já fui acusado no jornal de ignorante! Esta entrevista, sinceramente, eu nem me vou muito a referir a ela, só vou aqui ver um ponto, é que o Presidente da Câmara reagiu de uma forma veemente. O senhor não foi veemente, foi grosseiro comigo! Tratou o Presidente de Junta como eu nunca pensei de alguém, que foi o Primeiro-Ministro deste país! E, portanto, antes de continuar, pedia à Mesa da Assembleia Municipal para distribuir esta informação que tenho aqui, pelos líderes dos grupos municipais, ao Presidente da Câmara, ao Presidente da Assembleia, aos Vereadores, incluindo os da oposição que também tem direito a receber. Não tenho dinheiro para mais fotocópias também, foi o que se conseguiu arranjar.-----

E eu para esclarecer a minha ignorância, vou ter que ter algum tempo. O que tenho aqui é uma nota de assentos – é toda a minha vida profissional resumida em 12 páginas. Naturalmente, não vou ler tudo, mas farei referência a algumas coisa.-- Durante 10 anos, dirigi e foi gerente dos combustíveis e lubrificantes da Base Aérea n.º 5, em Monte Real. Fiz a gestão do depósitos de combustível de Jet, combustível de aviação, com um consumo médio de 3 milhões de litros. Era eu quem recebia os camiões cisterna, com mais de 30 mil litros – normalmente entre 33 e 35 mil litros – e quem fazia a análise ao combustível. Creio que tudo isso fala por si.-----

Além disso, fiz um curso de prevenção no Ministério do Trabalho, cujo diploma está aqui. Também concluí um curso na Galp, com temas como «armazenagem de combustível



de aviação; reabastecimento de aeronaves e manutenção de equipamentos de aviação». Portanto, a minha ignorância vai por aqui. Fui ainda delegado de Prevenção de Acidentes, na Base Aérea Nº 5, integrado no Gabinete de Prevenção de Acidentes. No meu percurso, recebi quatro condecorações, incluindo uma Medalha de Ouro de Serviços Distintos ao País, atribuída pelo Senhor Ministro Durão Barroso, que o Senhor Presidente da Câmara deve conhecer e recebi também cinco louvores, um deles do Ministério da Defesa Nacional.-----

Quero dizer-vos que representei e jurei defender a soberania do país com a própria vida – algo nobre, que nem todos fazem, e que muito me orgulha.-----

Por isso, afirmo que tudo me levará a defender também a minha freguesia, custe o que custar, porque sou o representante de uma comunidade, não sou uma pessoa qualquer, nem devo ser tratada como tal. Questionar não é sinal de ignorância. E se algo é considerado de interesse nacional, isso não significa que tenhamos de aceitar tudo.-----

A Figueira da Foz, mesmo sendo considerada de interesse nacional, não tem de aceitar tudo. Não tem de fazer juramentos, nem aceitar algo que possa prejudicar a saúde pública. Nós, figueirenses, não somos obrigados a defender o interesse nacional por causa de uma empresa.-----

Fala-se muito de «verde» e de empresas que estão para vir, que se dizem sustentáveis, mas senhor Presidente da Câmara, para mim o verde é a floresta, o verde são os terrenos agrícolas, a biodiversidade. O verde não é chaparia pintada de prata.-----

Dou-vos um exemplo do que é tudo isto: até há cerca de 12 anos, não tive registos hospitalares porque não tinha asma. Mas há cerca de 12 a 15 anos, comecei a sentir-me mal e descobri que tinha asma. Hoje, tenho registos hospitalares, consultas na especialidade, e preciso de oxigénio. Todos os dias de manhã, tenho de usar esta bomba. E, em crises mais graves, tenho de usar outra. E ainda assim as pessoas acham que não nos devemos preocupar. Os figueirenses não se devem preocupar.-----

Vem uma empresa para Freguesia de Vila Verde, para a Figueira da Foz, que promete poucos postos de trabalho e que traz é emissões de gases, de odores. Apesar de se dizer que não há libertação de odores, há queixas na Polícia de Segurança Pública e na Junta de Freguesia sobre os cheiros e a qualidade do ar junto à empresa Bioadvance.-----

Está tudo licenciado. Nos documentos que vos entreguei, há um da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que não é meu. Tive reuniões com



a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com a Agência Portuguesa do Ambiente, com o Porto da Figueira da Foz, entre outras, e terei mais. Agradeço desde já a forma como fui recebido por estas entidades, que me esclareceram e compreenderam. Hoje, fala-se menos de pessoas e mais de investimentos, de números! A vida é feita de números!-----

O projeto da Bioadvance que vos entreguei além dos vários produtos que sublinhei e outros que não vou detalhar, mas gostava que alguém me explicasse o que significa «espaço de uso especial» do Plano Diretor Municipal, que explicasse o que significa esse espaço. E também como é que uma empresa se instala num local onde o leito das margens das águas está sujeito às influências das marés. E como se usa o tipo de material que ali está explanado.-----

E, portanto, é isso que nós vemos dentro deste projeto: não há uma palavra para as pessoas, para o cidadão. Alguém consegue encontrar, neste projeto, uma palavra para o cidadão? Então, nós não fazemos parte deste projeto? Então nós, cidadãos, somos obrigados a aceitar tudo, porque há interesse nacional, porque há uma empresa que quer fazer milhões? Porque há quem queira rentabilizar o seu espaço e não há nada para as pessoas!!-----

Há um Jardim-Escola a 500 metros. E os Jardins-Escolas da Figueira da Foz a pouco mais estão. Temos uma ciclovia europeia – a maior ciclovia da Europa – com 11 mil quilómetros, e que passa junto a uma empresa que não precisou de fazer estudo de impacto ambiental. Mas tem que se fazer estudo de impacto ambiental.-----

Por que é que, neste local – junto à ciclovia, junto ao rio, junto às habitações – a nossa Câmara Municipal não se preocupa? Estudo de impacto ambiental... o que é isso?-----

E estou a dizer-lhe aqui, e afirmo, porque sei que não há estudo de impacto ambiental. Possivelmente está a ser agora feito à pressa. Mas não há estudo de impacto ambiental. E então eu pergunto: e não há consulta pública? Os figueirenses não têm o direito de dar a sua palavra? Eu, um ser humano, não posso dizer se estou de acordo ou não com uma fábrica que me pode prejudicar?-----

Nós não estamos contra aquela empresa. Ninguém está contra aquela empresa – que fique bem definido. Nós estamos contra o local onde foi instalada a empresa. Não é o local adequado para estar junto a uma cidade como a Figueira da Foz, nem numa freguesia que vive – e viveu – do sal, e que tem as suas tradições e os seus costumes enraizados com o Rio Mondego. Nós temos voz.-----

E, portanto, isto tem que ser dito aos Figueirenses! E os Vilaverdenses estão



preocupados, porque há intenções de colocar lá mais empresas. Para o Presidente da Câmara, é um espetáculo. Investimento para a Figueira. É uma maravilha. São números!-----

Então e as pessoas não contam??-----

E depois dizem que estão a fazer testes, que não estão a laborar. Eu tenho fotos... quase todos os dias, vejo a empresa a trabalhar todos os dias. E tenho testemunhas disso. E mais: quando fazemos um teste ao motor do nosso carro, se suspeitamos do combustível, deixamos o depósito do carro para fazer testes ao motor. Então, como é que uma empresa está a fazer testes, e vai lá descarregar um navio? E são camiões cisterna a entrar e a sair da empresa. Isto são testes?-----

Não temos nada contra o Porto da Figueira da Foz. Nada! O Porto da Figueira é detentor do espaço, faz a concessão que entender e rentabiliza aquilo que acha que deve rentabilizar.-----

Senhor Presidente do Porto, fico também um bocadinho surpreendido, e também já lhe disse: como é que queremos cruzeiros na Figueira da Foz e depois temos unidades deste tipo, onde os cruzeiros vão atracar?-----

Mas mais: também sei que vão ser lá colocados mais dois depósitos de armazenamento de combustível.-----

Então, neste país, foi abolido tudo o que é combustível, tudo o que é contra o ambiente. Mas isto é tudo a favor do ambiente. É tudo verde.-----

Então, Sines limpou-se, todos estão a limpar, e a Figueira da Foz está a fazer precisamente o quê? O contrário?-----

Sei que, para a empresa, o local é o melhor que pode existir neste mundo. Tem a estação de comboios, tem o rio, tem a autoestrada. Eu não estou contra a intenção da Bioadvance, porque procurou e bem o local ideal para instalar empresa.-----

Mas nós somos obrigados, por interesse nacional e por investimento, a aceitar tudo o que nos querem colocar? Mas a Figueira da Foz que quer receber turistas e ter empresas?-----

Vou dar um exemplo: há uns anos atrás, também nos foi prometida uma empresa ambiental: a Energias de Portugal. «Vamos fazer a energia mais limpa, mais verde.» E temos a Energias de Portugal em Lares... é a décima empresa mais poluente deste País. E todos nos diziam: «Isto é verde, isto é uma maravilha».-----

Depois do que vos entreguei, que foi o projeto da empresa, e que eu continuo a debater – onde não se fala de pessoas – vou ler-vos quais são os compostos químicos existentes, no fundo, numa fábrica de biodiesel: material particulado, queimas,



partículas sólidas ou líquidas suspensas no ar.-----

Já agora, estava-me a esquecer: podem ter todos os tratamentos, todos acreditamos que é tudo limpo, mas estão previstas descargas para o Rio Mondego. Figueirenses e Vilaverdenses: é permitido descargas para o Rio Mondego. E estão aqui os produtos – que, depois, quem quiser pode fotocopiar – que vão ser ali utilizados. Se houver uma fuga!!!! É como os tanques, o transporte de petróleo, é tudo construído com toda a segurança... depois, acontece partir-se um petroleiro ao meio! A empresa até diz aqui que nem precisa de autorização prévia para colocar esses tipos de produtos no rio, porque está dentro da norma, do número previsto, e que não faz mal à saúde. Refere o documento: Material particulado – pequenas partículas sólidas ou líquidas suspensas no ar, que podem conter traços de metais pesados, fuligem e restos de matéria orgânica e completamente queimada; Óxidos de nitrogénio – incluem dióxido de nitrogénio e óxido nítrico. São gerados pela combustão de materiais orgânicos e podem contribuir para a poluição atmosférica e problemas respiratórios; Monóxido de carbono – resultado da combustão incompleta do carbono presente nos compostos orgânicos. É tóxico e pode interferir na capacidade do sangue de transportar oxigénio; Dióxido de carbono – gás resultante da combustão completa da matéria orgânica. Embora não seja tóxico em baixas concentrações, o CO₂ é um gás de efeito estufa que contribui para o aquecimento global; Compostos orgânicos voláteis – incluem uma ampla gama de substâncias, como hidrocarbonetos leves e outros compostos derivados da matéria-prima usada na produção de biodiesel. Podem contribuir para a formação de ozono troposférico; Metano – um dos principais componentes do gás natural. O metano também pode ser libertado durante a produção e combustão incompleta de matéria orgânica. Dióxido de enxofre – embora o biodiesel tenha menos enxofre que o diesel derivado do petróleo, ainda pode haver libertação de CO₂, especialmente se forem usados óleos de empresas. Este gás é um poluente que pode causar chuva ácida; Metanol – pode estar presente como resíduo, uma vez que é utilizado no processo de transesterificação para converter óleos e gorduras em biodiesel. O metanol é volátil e inflamável; Formaldeído – surge na combustão incompleta, especialmente em processos de queima a altas temperaturas. É um composto orgânico tóxico e potencialmente cancerígeno; Poluentes orgânicos persistentes – dependendo do tipo de matéria-prima e do controle de emissões, alguns poluentes orgânicos persistentes podem ser emitidos, como dioxinas e furanos, embora em menor quantidade em comparação com combustíveis fósseis. Esses compostos são regulados em muitas regiões, e a maioria das fábricas de biodiesel,



é obrigatório implementar sistemas de controle de poluição, como filtros, lavadores de gás e catalisadores, para minimizar a emissão desses poluentes. O fumo expelido por uma fábrica de produção de biodiesel pode conter uma variedade de compostos químicos, dependendo do processo produtivo, da matéria-prima utilizada (óleos vegetais, gorduras animais, resíduos) e dos sistemas de controle de emissões.---

E depois temos, porque faço questão de ler, as entidades que estudaram estas questões: Centro de Pesquisa em Bioenergia da União Europeia; na Europa, o Biomedical Ethics and Regulatory Capacity Building Partnership e outros centros de pesquisa focam no desenvolvimento sustentável de biocombustíveis. Publicaram estudos sobre os impactos ambientais e sociais da produção de biodiesel, com ênfase no uso de terras agrícolas, emissões e biodiversidade.-----

O estudo Environmental Sustainability of Biodiesel Productions, na União Europeia, trata das implicações ambientais e da regulação para as fábricas de biodiesel na Europa.-----

O Joint Research Center, European Commission é um braço científico da Comissão Europeia e tem realizado uma série de avaliações do impacto ambiental dos biocombustíveis, incluindo o biodiesel. Desenvolveu ferramentas e relatórios de ciclo de vida para avaliar os impactos de diferentes tipos de biocombustíveis, com especial atenção ao uso de terras e às emissões indiretas de gases de efeito estufa.-----

O Instituto de Tecnologia de Karlsruhe, na Alemanha; o Instituto de Recursos Mundiais; o Centro de Pesquisas Florestais Tropicais; o Laboratório Nacional de Argonne, Estados Unidos; a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos; o International Institute of Environment and Development, no Reino Unido; o Centro Comum de Investigação da União Europeia, que já foi partilhado; o Institute for Environmental Policy; a Universidade de Utrecht, Países Baixos; a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos; o Laboratório Nacional de Argonne, nos Estados Unidos; a Universidade de São Paulo, no Brasil; a Harvard T.H. Chan School of Public Health, Estados Unidos; Greenpeace; Friends of the Earth; Centro de Pesquisa em Bioenergia da União Europeia e a Universidade de Wageningen, nos Países Baixos. Estas foram as entidades.-----

Ninguém está contra os combustíveis amigos do ambiente – até somos a favor. A questão é a poluição que a produção desses combustíveis ocupa e os riscos que representa para as populações. Isto interessa muito à BP, à Shell, à Cepsa, à Galp. O que se pretende aqui é mostrar que uma empresa apresentou um estudo a



comprovar que o biodiesel é inofensivo. É evidente que a empresa não vai dizer que isto faz mal, argumentando e contrapondo todos os estudos feitos neste mundo.--- É só para alertar que as pessoas têm que ter noção, têm que saber e ser totalmente esclarecidas. E não é por uma empresa, mas por uma entidade independente. Eu gostava de ter aqui uma entidade independente. E, em nome da freguesia de Vila Verde, que é a minha comunidade, tudo faremos para que esta empresa não possa estar naquele local."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira:-----

GONÇALO ANDRADE OLIVEIRA: "Começo por dizer que também tenho medalhas, mas tem a ver com o futebol, não sei se também conta. Tenho medalhas de campeão distrital, de taça distrital de Coimbra, campeonatos nacionais.----- Este órgão, para o qual fomos eleitos, dá-nos a responsabilidade de defender de forma séria e honesta, cada voto dos figueirenses nas últimas Eleições Autárquicas. Não é isso que temos assistido. O Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde tem usado este órgão para se promover e aproveitar o facto do Presidente da Câmara Municipal ser uma figura nacional, para ter algum protagonismo junto à comunicação social.-----

Já que o Presidente de Junta de Vila Verde se tornou tão ecológico e defensor do meio ambiente, por onde é que andou nos últimos dois anos de governação do anterior Presidente da Câmara, Dr. Carlos Monteiro, em que se andou a cortar árvores pela cidade toda?-----

O Presidente de Junta de Vila Verde já aqui foi desmentido por diversas vezes. Começou com uma acusação do Presidente da Câmara não ter estado presente num concerto. O Presidente da Câmara mostrou aqui uma mensagem de agradecimento do Maestro da Banda, a reconhecer e agradecer a presença dele nesse mesmo concerto. Vejam lá onde isto vai.-----

Será que na próxima Assembleia Municipal, o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde, ainda vai dizer que a Figueira a Primeira é a favor dos caulinos, para ter mais alguns minutos na imprensa?-----

O Partido Socialista é o maior partido da oposição. É o partido que governou por mais anos esta Câmara Municipal. Os seus dirigentes têm que se rodear daqueles que podem servir de melhor maneira o Partido em questão e a cidade, e não daqueles que apenas usam os cargos para se autopromover. O que temos assistido nestas Assembleias Municipais é uma falta de respeito aos eleitores, que nos elegeram



para catapultar a Figueira da Foz no mapa nacional, e de fazermos da Figueira à Primeira, e não de vermos Presidentes de Junta que não despem o fato do Partido Socialista e usam os cargos para aparecer nos jornais.-----

Caros Deputados Municipais, vejam os casos, por exemplo, dos Presidentes da Junta de Freguesia de São Pedro, de Alhadas, de Maiorca e de mais alguns que podia referir e que são autarcas do Partido Socialista, alguns deles até militantes do Partido, que defendem as suas freguesias sem fazer os espetáculos que aqui têm feito o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde. Autarcas que colocam os interesses das freguesias à frente dos interesses do Partido. Tem de haver sempre boa convivência entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, independentemente da cor política ser diferente ou não. Todos têm a ganhar com isso."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge:

PEDRO MIGUEL JORGE: "Queria começar por saudar o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal por esta iniciativa, porque consideramos que as apresentações são de grande qualidade, são técnicas, dão os factos e contribuem para uma melhor decisão política. É assim que encaramos as coisas e é assim que as coisas funcionam bem. E, como tal, congratulamo-nos.-----

Queria apenas deixar uma nota de alguma estranheza, pelo facto de este segundo tópico – uma vez que o ponto é único – se focar exclusivamente numa empresa.----

Da minha parte, e recordando a intervenção feita na Assembleia Municipal há 15 dias, não foi no sentido de criticar esta empresa ou aquela. Foi no sentido de chamar a atenção para questões ambientais, em que estava em causa a freguesia de Vila Verde, pela sua concentração, e não por outra razão.-----

Esta apresentação mostrou-nos que tudo está legal. Nunca nos passou pela cabeça que não estivesse – nós não trabalhamos assim. Já tive a oportunidade de o dizer aqui antes. Partimos sempre do princípio de que as coisas estão absolutamente corretas.-----

A minha questão foi apenas – e nomeadamente quando citei a Bioadvance – no sentido de lembrar que a comunidade científica não tem, ainda hoje, um consenso absoluto em relação a esta atividade como uma atividade absolutamente verde. Tem sempre um custo ambiental.-----

Como é óbvio, há algumas dúvidas, nomeadamente em relação a países na Ásia, à desflorestação de alguns deles por causa desta atividade. Foi só isso que dissemos. Chamei a atenção para o facto de termos sido contactados pela população de Vila



Verde, no sentido de revelarem a sua preocupação.-----
Referi-me a isso – à concentração – e questioneei qual era a posição do Executivo Municipal em relação a esta questão, e não outra. E, certamente, não a qualquer ilegalidade cometida por alguma empresa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques:

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Em primeiro lugar, quero agradecer aos técnicos do Município pela apresentação que fizeram, que foi esclarecedora e elucidativa.---
Em segundo lugar, tenho de dizer algo sobre a intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde. Se mais não bastasse, essa intervenção justifica plenamente a participação das outras partes aqui presentes. Por isso, espero que esta Assembleia Municipal aprove a possibilidade dos representantes das empresas poderem intervir.-----

Noto, na intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde, uma certa falta de atenção e de carinho. Com certeza, com a apresentação do seu vasto currículo e de toda a sua intervenção, terá garantido o lugar de Vereador na próxima lista à Câmara Municipal, com o pelouro do Ambiente.-----

No entanto, não consigo perceber – também sou asmático – qual é a relação entre os seus problemas respiratórios e esta empresa. Por que não com as celulosas? Por que não com a Crigado? Por que não com as partículas transportadas pelos ventos, que até trazem poluição de outros países? Por que não com outras empresas poluentes? Por que não com os gases das viaturas?-----

Aliás, segundo sei, o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde tem outro trabalho que o obriga a estar diariamente dentro de uma viatura. Será que esses gases que inala também não podem causar problemas respiratórios? Esta relação precisa de ser melhor explicada. Não consigo compreender como se estabelece essa ligação.-----

Por outro lado, fico preocupado com a afirmação que fez sobre a instalação de indústria.-----

Gostava de saber como é que o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde defende o desenvolvimento do Concelho sem a criação de postos de trabalho. E a criação de postos de trabalho traz a fixação de pessoas. É que falou de indústrias em termos gerais. Se tivesse falado de indústrias poluidoras até compreendia. Mas não teve esse cuidado. Falou de indústrias.-----

E, portanto, um Concelho que não tem indústria, que não tem postos de trabalho, não tem fixação de pessoas. E isso é o que a Figueira da Foz precisa. É isso que



eu tenho visto nas campanhas há muitos anos. Todos os Partidos e todos os candidatos a Presidente da Câmara Municipal falam. E portanto, acho estranho que venha com esta frase.-----

Esperando que o representante da Bioadvance, que o Diretor do Porto da Figueira da Foz, e que o Diretor da Águas da Figueira, S.A., intervenham nesta Assembleia Municipal, penso que isto já foi respondido, mas gostava de voltar a perguntar: a empresa está a laborar? Se está a laborar, já foram feitos testes de qualidade do ar?-----

É que não consigo perceber como se pode afirmar que a qualidade do ar não é boa, se não há testes que comprovem esse facto. Se houver testes que o comprovem, que os apresentem. Nesse caso, a posição terá de ser diferente.-----

Agora, só por passar e sentir um cheiro... eu não sei que cheiro é esse, nem de onde vem. Isso, por si só, não é suficiente para definir a qualidade do ar. É necessário que haja testes.-----

É claro que, para haver testes, provavelmente a empresa tem de estar a laborar. Ora, penso que ouvi aqui dizer que a empresa não está a laborar. Então, como é que se pode falar da qualidade do ar? Gostava que esta questão ficasse esclarecida."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Paulo Nisa Mariano.

PAULO NISA MARIANO: "Se aqui estivesse o nosso comum amigo, Fernando Lopes Cardoso, diria: «Que grande chatice.» Isto é, de facto, uma grande chatice para a Figueira da Foz.-----

Estou na Comunidade Portuária da Figueira da Foz desde a sua fundação, há 30 anos. A Comunidade Portuária foi informada – porque não tem de emitir parecer positivo nem negativo, nem qualquer parecer – de que ia ser licenciada a empresa Bioadvance. A Direção da Comunidade Portuária, por unanimidade, disse à Dra. Fátima Lopes Alves – responsável pela transição para o início desta operação, e anterior Administradora do Porto da Figueira da Foz: não licencie esta empresa. Nada contra o proprietário, nada contra empresas, mas não licencie esta empresa neste local. É um erro. Um erro grave para o Porto da Figueira da Foz.-----

Vou explicar de forma simples, considero que tenho o dever de esclarecer os nossos eleitores, bem como para todos os presentes nesta sala.-----

O Porto da Figueira da Foz é pequeno, mas tem possibilidades de crescimento – que o Presidente do Porto da Figueira da Foz pode facilmente explicar. Grandes possibilidades de crescimento. A possibilidade de crescimento do Porto da Figueira da Foz, com carga, é precisamente aquela zona. Se vamos lotear – ou se a Autoridade



Portuária vai lotear – esses terrenos para licenciar indústrias, como foi o caso, isso é um erro. Um erro que coarta o desenvolvimento do Porto Comercial da Figueira da Foz.-----

A empresa está lá. Ouve-se falar que há um pedido na Administração Portuária – e sublinho, ouve-se falar, não tenho conhecimento oficial – para instalar ao lado uma empresa de metanol, ou algo semelhante. Outro erro crasso.-----

Aquilo é uma zona ribeirinha, uma zona portuária. Não se pode urbanizar uma zona portuária tão pequena para instalar fábricas, numa zona tão pequena. Isto não é o Porto de Aveiro, não é o Porto de Sines. Isto é um porto pequeno, que precisa de espaço para crescer e que tem um potencial fantástico para continuar a desenvolver-se em vários aspetos.-----

Na altura, a Dra. Fátima Lopes Alves – então Presidente do Porto da Figueira da Foz – disse à Comunidade Portuária: «Mas por que é que os senhores estão preocupados com isso, porque vão ser mais navios, mais 10 ou 20 por ano, que vêm cá trazer óleo de palma ou algo semelhante para a empresa produzir biodiesel».-----

Nós já temos entre 460 a 480 navios por ano a demandar o Porto da Figueira da Foz. Mais 10, menos 10... não é relevante para a Comunidade Portuária, nem para os figueirenses.-----

Agora temos aqui um problema: a fábrica está lá. Se tem todas as licenças ou não, eu não questiono – não sou técnico nem tenho autoridade para isso. Mas uma coisa é certa: quando me desloco ao restaurante Kamone Bar e Petisqueira, para almoçar, vou pela estrada da Fontela e o cheiro é mau. E é mau desde que essa fábrica está ali, mesmo nos ditos testes.-----

É verdade que vejo dezenas de camiões a entrar e sair do Porto Comercial da Figueira da Foz. Passo os dias nesse local, até mesmo ao domingo – e são dezenas de camiões cisterna por semana, a entrar e sair para essa fábrica. Se vão carregados ou vazios, não sei, nem tenho de saber.-----

Agora, nós figueirenses temos ali um problema: é preciso convencer o proprietário da fábrica a resolver as questões ambientais como deve ser, poupar os figueirenses a cheiros e, principalmente, a comunidade de Vila Verde, que é a primeira a ser incomodada com esta situação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: “Digiro-me ao Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde, Vitor Alemão porque este ano temos estado a discutir a Bioadvance. Em abril deste ano estivemos a discutir a propósito da isenção de 50% das taxas e por aí



fora. Na altura, foi mais um lapso. Percebo que, na última Assembleia Municipal – à qual, lamentavelmente, não estive presente – este assunto voltou a ser discutido, especialmente tendo em conta que tivemos também uma moção em análise.-----
Gostaria de dizer algumas coisas, não em defesa da Bioadvance, até porque não conhecia sequer o proprietário, mas para esclarecer alguns pontos.-----
De facto, estranho que, com o seu currículo, que lamento não ter recebido uma cópia, pois deve ser interessante para ler, pelo que referiu, é muito focado na área dos combustíveis fósseis. E é precisamente isso que queremos evitar: a defesa dos combustíveis fósseis, que é o que de facto percebe muito bem.-----
Estamos noutra área e queremos evitar a extrema poluição e a emissão excessiva de gases para a atmosfera – gases que, infelizmente, podem ter contribuído para a sua debilidade de asma, que lamento imenso. Mas tal como o deputado municipal Manuel Rascão Marques referiu, não me parece que haja uma relação direta de causa/efeito entre essa condição e esta empresa. Pode haver outras circunstâncias envolvidas, mas não sou médica nem especialista para o afirmar.-----
Quando diz que num projeto destes não se pensa nas pessoas, também não compreendo, a minha ignorância é total, porque de facto são precisamente as pessoas que geram os resíduos – neste caso, óleos alimentares usados – que são a matéria-prima deste processo produtivo. Estes resíduos são altamente poluentes para o nosso planeta, e são estas as matérias primas, se bem percebi, para o processo produtivo desta empresa, que simultaneamente vai ter um produto final que substitui os tais combustíveis fósseis. E este combustível, chamado verde, e sim, verde por comparação.-----
Acho estranho que não entenda que a empresa está em fase de testes, independentemente do movimento de camiões, porque não sendo eu da área, percebo pela apresentação no PowerPoint que está prevista uma coluna de tratamento de gases, precisamente para evitar que esses vapores sejam libertados diretamente para a atmosfera.-----
Sabemos que, numa economia circular e sustentável, nada tem impacto ambiental nulo. O objetivo com estas indústrias não é serem “zero poluição”, mas sim deixarem uma pegada ambiental mínima – ou até contribuírem para a regeneração ambiental.
E, segundo o PowerPoint, e tendo confiança em quem o elaborou, além de aproveitarem resíduos poluentes como matéria-prima, transformar em biocombustíveis, ainda temos o facto regenerativo, na utilizar painéis fotovoltaicos no processo produtivo, e por isso é uma pegada positiva.-----



Quanto aos odores, admito que existam, que sejam sentidos, especialmente nesta fase de testes. Mas é precisamente por isso que a licença ambiental só será concedida quando todos os testes forem concluídos e a qualidade estiver certificada. Temos de confiar nas entidades competentes.-----

Esclarecer-lhe que, e fez muito uso no seu discurso que de facto não era necessário uma avaliação, um estudo ambiental, parece-me que houve não percebeu o que estava no PowerPoint. Porque o que foi dito, foi que, dado o licenciamento ambiental em curso, decorre, pelas datas expostas, até ao final de 2024, e existindo a licença ambiental, o licenciamento industrial dispensa a Avaliação de Impacto Ambiental, ou seja, as avaliações de impacto ambiental. E foi isso que foi dito e foi esclarecedor. Ninguém aqui dispensou qualquer cuidado de qualidade ambiental – pelo contrário, esta empresa acionou um processo de licenciamento ambiental. São duas coisas diferentes e para quem conhece a certificação total e certificação em sustentabilidade, percebe que esta licença ambiental é um nível superior em relação à Avaliações de Impacto Ambiental para o licenciamento industrial.-----

Claro que não sou tão vocacionada, nem tenho o seu currículo, nem o de outras pessoas, e muito menos o conhecimento técnico do Engenheiro Paulo Gaspar, mas, tal como o deputado Rascão Marques, tenho um pedido a fazer, porque penso que temos aqui três pessoas que sabem muito mais do que nós, e só temos a ganhar em ouvi-las – para aprender e até para preparar decisões futuras.-----

O que me preocupa aqui, além da Bioadvance, é perceber que estou numa Assembleia Municipal onde todos queremos o desenvolvimento da Figueira da Foz, todos queremos o seu crescimento económico, e não compreendo como se pode pôr em causa a criação de postos de trabalho, e muito menos ainda compreendo que, sabendo nós que há um plano de integração de offshore e de indústrias verdes. Como é que vamos acolher este tipo de projeto e de planeamento, depois de um problema criado com a Bioadvance.-----

Mais uma vez lamento os lapsos e a focagem nesta empresa. Continuo sem perceber por que razão a Junta de Freguesia de Vila Verde só se preocupa com esta empresa e, como disse o deputado municipal Manuel Rascão Marques, de facto o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde nunca se preocupou com as papeleiras, nem com outras empresas que, essas sim, ainda têm muito caminho a percorrer para chegar a níveis de acordo com o projeto.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Na última Assembleia Municipal, A CDU fez aqui uma



intervenção exatamente sobre Vila Verde e a concentração de indústrias, sendo que a Bioadvance é mais uma indústria. Fico um bocadinho tocada – sensibilizada mesmo – com o facto de as pessoas serem absolutamente... eu queria escolher bem o adjetivo, porque não quero que ele seja minimamente ofensivo, mas que sejam absolutamente crédulas quando veem um projeto e partem do princípio que tudo o que ali está é bom.-----

Há uns anos atrás ,estando a falar com uma pessoa que era um funcionário de uma das papeleiras, eu queixei-me do mau cheiro, porque se aproximava chuva e o vento estava de sul e o mesmo disse que aquilo era só vapor de água. E eu perguntei: Vapor de Água? É que eu cozo batatas, produz vapor de água, e nunca me cheirou a coisíssima nenhuma.-----

Agora, as pessoas dizem que passam e sentem maus odores. Estou numa posição de esperar para ver, porque cautelas e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém. E penso que nós não temos que partir do princípio que está tudo errado, mas a concentração industrial em Vila Verde está errada, é um perigo e é um malefício para aquelas populações.-----

Criação de postos de trabalho, sim – mas não a qualquer custo.-----

Depois, falou-se aqui que este ano – penso que em agosto deste ano – houve uma segunda assinatura de «autorização», à falta de melhor termo, por parte da entidade portuária, assinada pelo Dr. Carlos Monteiro, anterior Presidente da Câmara Municipal.-----

Eu gostaria de saber, se é que é possível ter essa resposta, qual era a alteração em relação aos pressupostos anteriores, que tornou necessária uma nova tomada de posição por parte do Porto da Figueira da Foz.-----

Em relação a ouvirmos as pessoas, embora esta seja uma Assembleia Municipal Extraordinária, tendo em conta todos os contornos que são diferentes, é um público muito especial, não porque foi convidado, mas porque realmente é muito envolvido, tem responsabilidades naquilo que aqui nos traz, eu votarei a favor de que os ouçamos. Mas que os ouçamos com calma.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vítor Gonçalves Alemão.-----

VÍTOR GONÇALVES ALEMÃO: "Relativamente à intervenção do deputado municipal Pedro Miguel Jorge, nem merece resposta. Quanto à intervenção do deputado municipal Manuel Rascão Marques, quando disse que eu não me preocupo com a Crigado e com a Navigator: eu sou Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde. E nem ficaria



bem eu estar a trazer problemas que são inerentes a outros Presidentes de Junta de Freguesia. Não o faço. É indelicado, não é próprio estar a intervir numa Freguesia que não é minha.-----

Depois, é assim: eu gostava que me apresentassem o estudo de impacto ambiental. Isso é preciso, nem que seja para um galinheiro.-----

Os postos de trabalho, acho que não nos dizem nada.-----

E para terminar mesmo: eu não ando à procura de lugar na política. Eu, felizmente, não preciso da política. Alguns andam à procura de fazer uma cama na política! Eu não.-----

E o meu slogan é: eu sou Figueirense, Vila Verdense, e hei de ser sempre. E nunca estarei aqui de passagem.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde, Vítor Alemão, pode ter a certeza que todos nós apreciamos a sua luta. Nós já sabemos a sua posição.-----

Portanto, estão presentes três cidadãos que não pertencem à Assembleia Municipal, mas que podem trazer esclarecimentos.-----

Eu pergunto se estão disponíveis, através de uma votação, para aceitarmos que estes cidadãos façam a sua intervenção nesta Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco:

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Posso colocar um ponto de ordem à mesa? É apenas uma pergunta muito rápida. Eu concordo, que se aprove estas intervenções, mas com regras. Ou seja, acho que se deveria, desde já estabelecer, por exemplo, uma regra de tempo, de forma a que não eternizemos esta discussão."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação do Plenário a aceitação da intervenção dos três cidadãos aqui presentes, o Presidente do Conselho de Administração do Porto da Figueira da Foz, Eduardo Feio, o Diretor Geral da Águas da Figueira, S.A., João Carlos Damasceno e o representante da empresa Bioadvance, Eng.º Paulo Gaspar.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Raúl Portugal, Isabel César Pereira, Mafalda Reis Azevedo, Rui Pinto Ferreira e Célia Silva Morais, delibou por unanimidade aceitar a intervenção nesta Assembleia Municipal dos cidadãos Eduardo Feio, João Carlos Damasceno e Eng.º Paulo Gaspar.-----

Deliberação aprovado em minuta.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Marques Tabaçó, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA MARQUES TABAÇÓ: "Eu não posso deixar, depois de tudo o que ouvi hoje e que ouvi na última reunião da Câmara Municipal, de dizer ao senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde que, de facto, o senhor tem um cinismo inqualificável.-----

O senhor Presidente de Junta de Freguesia, na última reunião da Câmara Municipal fez acusações gravíssimas. Acusações gravíssimas. Pôs em causa o bom nome, a honra, a honestidade das pessoas que aqui trabalham, nomeadamente do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

Estou aqui para lhe dizer que, enquanto responsável pelo licenciamento no Departamento de Urbanismo, participei e fiz a votação sobre indicação do senhor Presidente da Câmara Municipal, no Potencial Interesse Nacional, que foi aprovado. Nós, e também respondendo aqui à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, não estamos aqui a ver as coisas a passar. Não é por acaso. Nós olhamos para as coisas, lemos e também estudamos as coisas.-----

E, portanto, o que foi apresentado aqui – e acho que esta Assembleia Municipal, se calhar, não percebeu – são tempos diferentes. Ou seja, há um licenciamento que é feito por parte do Município, há um licenciamento que depende de entidades, e neste momento é nessa fase que está.-----

Do Município, aquilo que eu disse, e volto a dizer, as licenças estão emitidas de acordo com o que está estipulado pela Lei. Aliás, o Potencial Interesse Nacional foi votado favoravelmente por nove entidades.-----

Quando estive a elaborar o PowerPoint, fiz questão de destacar a negrito e em tamanho maior, aquilo que, de facto, as entidades se basearam para emitir o seu parecer favorável: sustentabilidade ambiental, senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde!! Sustentabilidade e economia circular; eficiência energética; descarbonização; manifesto de interesse ambiental.-----

Não fomos nós que o dissemos. Foram as entidades. São essas entidades que, neste momento, têm a sua responsabilidade para emitir as licenças que faltam para que a empresa possa laborar.-----

Não é do nosso conhecimento que a empresa esteja a laborar. Agora, uma coisa lhe garanto: o senhor Presidente de Junta de Freguesia deveria, quando diz que defende os seus fregueses... pois não defende como devia defender!!-----

Porque tivemos aqui uma questão, que também me tocou diretamente, da saída da



farmácia de Vila Verde, e o senhor Presidente de Junta de Freguesia não esteve ao lado dos seus fregueses. Muito pelo contrário, estava à espera que um serviço tão importante como é ter uma farmácia perto de casa, saísse e fosse deslocalizado!- Portanto, isso de «defender» fica aqui um bocadinho no ar. Por outro lado, senhor Presidente de Junta de Freguesia, isto é um processo que vem de 2022.----- Estava a ouvi-lo, já o ouvi outra vez, porquê que só agora, em 2022, 2024, é que está aqui tão energicamente e aguerrido em relação à defesa deste assunto?----- Eu acho que faz muito bem, mas aqui não é o local certo! Deve ir à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, à Agência Portuguesa do Ambiente! Olhe, leve-lhe os estudos que tem. O senhor é tão entendido nessa matéria, tem que ir lá e explicar aquilo que explicou nesta Assembleia Municipal. Vá lá e leve esses estudos.-----

É lá que tem que ir, porque não depende de nós. Não depende do Município da Figueira da Foz. O Município, só irá conceder uma licença de utilização quando isso estiver tudo tratado, quando essas licenças estiverem todas aprovadas.

Acho que tem que ir lá. Vá aguerrido. Eu gostava de o ver na televisão – à porta dessas entidades todas, a defender aquilo que está aqui a dizer. Eu acho que faz muitíssimo bem, mas tem que ir lá.-----

Não é vir para aqui acusar as pessoas como faz – e como gosta de o fazer – tem que se retratar, senhor Presidente de Junta de Freguesia. Aliás, retratar-se e, de facto, tratar as pessoas como elas merecem ser tratadas. Porque acho que nunca ninguém lhe faltou ao respeito e o senhor Presidente de Junta de Freguesia falta ao respeito às pessoas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Eu preciso fazer uma pergunta para o meu esclarecimento. Como sabem, eu não nasci na Figueira da Foz, vivo cá pela segunda vez. E depois de ouvir os senhores deputados dos vários grupos municipais, tenho uma curiosidade e não posso sair daqui: A Saint-Gobain Mondego, S.A., também conhecida como Vidreira do Mondego, está situada em que freguesia? Ou se forem ver, não liberta gás nenhum! É que eu tenho estado intrigado, porque ouço as várias intervenções e ninguém fala.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vítor Gonçalves Alemão.-----

VÍTOR GONÇALVES ALEMÃO: “Eu nunca disse que a Câmara Municipal licenciou indevidamente. Há alguém que anda aqui, que anda a misturar as coisas.-----



Eu tenho aqui um documento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro que posso entregar a quem quiser ver. Eu tive uma reunião no dia 2 de agosto, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e foi-me confirmado que a empresa não tinha licença de funcionamento. Não podia. Não podia trabalhar. Não podia explorar. E está aqui.-----

Está uma queixa feita sobre isso. E o aldrabão sou eu.-----

A Saint-Gobain Mondego é uma empresa que está ali há mais de 100 anos. O senhor Presidente da Câmara vai buscar coisas com mais de 100 anos. Tem que se atualizar. A empresa veio a melhorar a sua situação quando tinha de o fazer! Agora, não pode estar a insinuar coisas. E aquela empresa laborou com quase mil funcionários.---

A Vereadora Anabela Marques Tabaço vai buscar assuntos que nada têm a ver com o que estamos aqui a discutir hoje! Isto não é ser sério! Então, está aqui a induzir as pessoas a ir buscar assuntos que nada têm a ver com o que estamos aqui a discutir! Mas é assim que se discute uma causa destas? Nós temos de ser sérios. E eu, enquanto Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde, tudo farei para defender a qualidade de vida, o ar saudável da minha freguesia, quer queiram, quer não."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Em defesa dos interesses da Figueira da Foz, eu tenho que refutar completamente esse argumento de «está lá há 100 anos». Há quantos anos estava a Cimpor no Concelho? E não se lutou para deixar de estar?-----

Em vários Concelhos do País, em vários sítios do mundo, há quantos anos estão lá unidades poluidoras? E não se luta para deixarem de estar? Para fecharem as portas? Há quantos anos está a Crigado a laborar? E não estamos na luta para fechar as portas? Esse argumento «está lá há 100 anos»? Está lá há 100 anos? Está!!!-----

Acha que isso é argumento? Exatamente os que estão há mais anos e não se modernizaram é que temos mais obrigação de lutar. Como é que falam de poluição em Vila Verde? Uma pessoa chega a Vila Verde e vê. É uma grande empresa!-----

Eu não tenho a sua posição. Ainda bem que está cá no Concelho. Agora, é uma questão de coerência.-----

E não fui nem advogado, nem pedi nunca apoios à Saint-Gobain Mondego, S.A. Estou à vontade. Agora, eu acho que, quando uma pessoa - eu não sou de esquerda - mas quando uma pessoa é de esquerda, tem que falar de todos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Apenas para dizer à Vereadora Anabela Marques Tabaço que



na minha intervenção eu não tive a mínima ideia de beliscar os serviços da Câmara Municipal. As minhas ferroadas, entre aspas, tiveram outros destinatários.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente do Porto da Figueira da Foz, Eduardo Feio, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

EDUARDO FEIO: “Relativamente a esta concessão que o Porto da Figueira da Foz atribuiu à BioAdvance para instalação de uma indústria relacionada com a produção de biodiesel e também com uma tancagem de produtos dentro do Terminal de Granéis Líquidos, o processo já foi aqui muito bem apresentado pelos serviços da Câmara Municipal, e já foram identificadas as fases em que nos encontramos. O Porto tomou um conjunto de decisões que começaram em 2022 e que ainda hoje continuam. É um processo que tem que ir até ao fim.-----

Neste momento, como foi aqui dito, ainda não há uma licença de utilização – não é o Porto que a tem que dar. O Porto tinha que fazer, essencialmente, um ato muito importante: o da concessão. Ou seja, definir que, naquele território do Porto, havia interesse no Terminal de Granéis Líquidos em ter tancagem e uma indústria de biodiesel. Foi isso que, na prática, foi feito. A administração e o porto tem vindo a desenvolver o processo de forma a que possa evoluir da melhor maneira e, obviamente, sempre com uma grande preocupação com a qualidade ambiental na atividade portuária.-----

O Porto da Figueira está no meio da cidade – é um porto urbano. Tem duas dimensões: a parte norte e a parte sul. E, portanto, a questão, por exemplo, da qualidade do ar é algo que nós monitorizamos. Monitorizamos, neste momento, no terminal comercial, aqui nesta zona mais próxima da Câmara Municipal. Temos, obviamente, monitorização – temos dados de 14 semanas por ano – e uma monitorização permanente, aliás, perto das instalações dos nossos operadores, que vão monitorizando as partículas que aparecem, que não aparecem e todos os poluentes. Temos sempre esse interesse, essa obrigação e esse dever.-----

E, obviamente, vamos fazer isso em toda a área do Porto. Apesar de a empresa estar obrigada, como vimos aqui, a garantir essa monitorização quando tiver o seu título de utilização e estiver a laborar – penso que é a principal interessada – o Porto não se descarta dessa dimensão. Queremos um Porto seguro, ambientalmente sustentável, que contribua para o desenvolvimento da cidade e, obviamente, para o desenvolvimento da Figueira da Foz.-----

Relativamente ao processo que foi aqui colocado, a porta do Porto está sempre aberta ao Município da Figueira da Foz, às Juntas de Freguesia. Recebemos, como



foi referido o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde e passámos o máximo de informação, e essa é a dimensão que eu queria deixar aqui muito fortemente plasmada.-----

Há outras dimensões que foram aqui abordadas que, não me cabe comentar, pois não sou membro da Assembleia Municipal, portanto, não farei grandes análises sobre essas questões. Mas disponibilizo o Porto da Figueira da Foz. Se quiserem fazer uma Assembleia Municipal Extraordinária, mais dedicada ao futuro do Porto da Figueira da Foz, estamos completamente disponíveis para apresentar o que estamos a pensar fazer, o plano estratégico que estamos a desenvolver, os planos diretores que vamos implementar.-----

Temos tentado manter essa prática, obviamente em articulação com a Câmara Municipal, em relação a vários projetos, quer no cais da Marina, quer no caso da obra de melhoria das acessibilidades, que está agora para entrar numa fase final de apreciação no Tribunal de Contas, que vai provocar um novo ciclo de desenvolvimento no Porto da Figueira da Foz.-----

Estamos completamente disponíveis para vir apresentar a visão que o Porto da Figueira da Foz tem para o seu desenvolvimento, nestas outras dimensões que, na nossa perspetiva, não vão ficar coartadas pelo Terminal de Granéis Líquidos manter a sua função, com alguma indústria associada. Queremos, obviamente, defender a ideia de que o Porto da Figueira da Foz tem capacidade de expansão, e esta é uma administração que está muito ciente nessa necessidade, depois das obras de melhoria da acessibilidade."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Sabendo até que a decisão primeira não foi na sua gerência, se me permite a expressão, eu ia lhe pôr essa questão suscitada pelo deputado municipal Paulo Nisa Mariano, mas o senhor Presidente do Porto da Figueira da Foz referiu-se a ela na parte final das suas palavras, entendendo que não coarta a expansão."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente do Porto da Figueira da Foz, Eduardo Feio, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

EDUARDO FEIO: "Esta é a nossa perspetiva. Não queria entrar nesse assunto, porque é um assunto, digamos, lateral, mas, se me autorizam, poderei falar mais do que os cinco minutos que pensava ter sobre essa questão.-----

O Porto da Figueira da Foz viveu este ano um momento muito importante: foi o ano em que passou a ser um porto da rede compreensiva da rede europeia de transportes.



Passou a ser um porto europeu. Isso também permitiu que fosse financiado na obra de melhoria das acessibilidades, que vai agora avançar. É uma obra de cerca de 20 milhões de euros, que vai permitir a entrada de outro tipo de navios, que façam outro tipo de manobras e, obviamente, vai aumentar também um bocadinho o cais.-- É financiado não só pelo Porto, mas também por empresas da região, nomeadamente do setor do papel, e com grande e forte apoio da comunidade portuária, que lutou por isto durante anos, diria mesmo uma década. É isso que permite dar o salto ao Porto.-----

A expectativa é que, obviamente, um porto com cais de 800 metros, com esta melhoria das acessibilidades, fique mais pressionado. O Porto da Figueira é um porto que movimenta mais de 2 milhões de toneladas por ano com apenas 800 metros. Tem um valor de movimentação de cargas muito superior ao de Aveiro.-----

Por isso, o avançar para montante, para o outro lado da ponte, é algo que temos vindo a equacionar. E não queremos comprometer algum avanço para esse lado, obviamente, que permita outro tipo de atividades que não sejam apenas movimentação de cargas. Temos ali 500 metros que estão expectáveis. Houve vários estudos antigos para o famoso terminal papeleiro, já com vários projetos, que vão ter que aterrar o rio, vai ter um estudo de impacto ambiental.-----

Portanto, todos vão poder pronunciar-se sobre essa solução no futuro, quando ela tiver que existir, mas a visão que temos para o Porto, e a perspetiva que temos, atendendo à questão da movimentação de cargas, essa é uma realidade que, na próxima década, vai ter que acontecer.-----

Como vimos pela nossa experiência: começámos este projeto em 2018, estamos em 2024, e ainda não começámos a obra. Portanto, se não começarmos para o ano, quando a outra obra começar, a perspetivar o futuro em 2030 ou 2032, não vamos conseguir concretizar.-----

Digamos que as futuras Administrações do Porto da Figueira da Foz devem ter essa cautela, agora nesta fase em que vamos entrar. Ou seja, também não acho, na minha sensibilidade – e nós assumimos, obviamente, as decisões das administrações anteriores, aliás há uma referência a um despacho do Dr. Carlos Monteiro, que foi validado pelo Conselho de Administração. Não se tratou de um despacho individual, mas sim de um ato que é praticado que está em consonância com pequenas alterações ao projeto, feitas ao longo da execução da obra. Essas alterações são normais e, posteriormente, precisam de ser validadas no processo habitual de avanço da obra. Voltando à questão principal, entendemos que ainda temos capacidade, de se encarar



a área terminal de granéis e líquidos, para acumular umas centenas de milhares de toneladas. Esperamos que a economia da região cresça e que o hinterland do Porto da Figueira da Foz se desenvolva – e com esta obra, certamente irá avançar, estendendo-se mais para a zona de Leiria, alcançando as Caldas da Rainha, entrando mais no território, e, naturalmente, atingindo o eixo da futura autoestrada, como todos esperamos, para bem do Porto da Figueira da Foz, e para que com o Porto Aveiro, possam ser o grande sistema portuário da nossa região e afirmar-se no contexto nacional e ibérico.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Gostaria apenas de referir que a comunidade piscatória, chamemos-lhe assim, contactou-me hoje, sabendo que o Presidente do Porto da Figueira da Foz estaria presente nesta sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, para lembrar que como o Porto da Figueira da Foz ficou assoreado. Depois destes dias eles estão em pânico, como é natural, e certamente já têm conhecimento disso.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente do Porto da Figueira da Foz, Eduardo Feio, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

EDUARDO FEIO: “Fizemos levantamentos e vamos proceder como sempre: mal surjam condições vamos dragar, analisar o estado do mar, acionar a draga e realizar a dragagem. A obra que vamos executar tem esta dimensão: das cargas e da segurança. O Big shot, que visitámos recentemente também é essencial para garantir a estabilidade da obra.”-----

O Porto da Figueira da Foz faz um investimento anual significativo em dragagens, contando com algum apoio da Administração Central. Neste caso específico, o Estado tem transferido 2 milhões de euros por ano para dragagens e é fundamental que continue a fazê-lo. Este Orçamento de Estado prevê este apoio, e vamos lutar para que assim se mantenha.”-----

Estas dragagens são também muito importantes para a segurança da pesca, que é uma preocupação do Porto da Figueira da Foz, embora este não seja diretamente gestor da dimensão da pesca – no caso da Figueira da Foz, essa responsabilidade cabe à Doca Pesca – que prestar uma capacidade portuária que assuma também a pesca como uma função fundamental, e que a segurança seja garantida e as boas práticas se mantenham.”-----

Esta é a informação. Fazemos monitorizações, o nosso chefe de pilotos vai acompanhando e mal haja hipótese e se houver problemas, teremos de dragar, como é



evidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia

NUNO MELO BISCAIA: "Na sua explanação, o senhor Presidente do Conselho de Administração do Porto da Figueira da Foz, Eduardo Feio falou aqui que a expansão natural do Porto seria para montante, ou seja, para a zona, a montante da Ponte da Figueira da Foz.-----

Portanto, essa expansão, de certa maneira, poderá pôr em causa a instalação de unidades fabris a montante da Ponte, nomeadamente na localização onde está instalada hoje a Bioadvance, para futuro, como é óbvio, ou acha que é compatível a instalação dessas unidades com a expansão do Porto da Figueira da Foz para a montante, como disse?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente do Porto da Figueira da Foz, Eduardo Feio, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

EDUARDO FEIO: "Da breve nota que dei, disse que o terminal de granéis líquidos é que ia ficar este tipo de indústria. Não estejamos a ir tão longe. Era bom conseguirmos andar quase esse quilómetro todo, mas estamos a falar em 500 metros, nesta fase. Para andar com o resto, vamos ver, depende da comunidade portuária, depende do mercado, ou seja, provavelmente até eventualmente de uma concessão e de financiamento privado para desenvolver o Porto da Figueira da Foz.-----

Essa é a filosofia que existe. Quando a infraestrutura está construída, naturalmente podemos fazer a gestão e trabalhar com licenciamentos. Mas quando se tem de construir uma infraestrutura de milhões e milhões de euros, um dos modelos possíveis é o da concessão, como mencionei. Também a questão da Marina do Porto da Figueira da Foz que está a ser estudada é numa lógica de concessão.-----

Portanto, essa evolução vai ser até essa área, na perspetiva que temos agora e ainda ficará mais algum espaço para ir até ao terminal de granéis líquidos e o espaço entre o referido terminal e a área perto do feixe de linhas, onde temos uma infraestrutura ferroviária que gostaríamos de potenciar e de trabalhar, mas que também pode vir a ter cais ou não, ou ser só um contraponto de apoio à questão ferroviária.-----

Todas estas obras são diferentes da que aconteceu no terminal de granéis líquidos, porque nos obrigam a entrar dentro da água. E aí sim, provavelmente vão precisar de um estudo de impacto ambiental e demorará mais tempo.-----

Daí ter feito o reparto que as futuras Administrações do Porto da Figueira da Foz devem calcular esta situação com tempo, porque todas estas situações de



investimentos e de em portos, como nós vimos pela experiência, quer na Figueira da Foz, quer em qualquer porto nacional, demoram anos e anos. E têm vicissitudes, têm estudos de impacto ambiental e têm grandes lutas a serem travadas, questões de financiamento. Mas, portanto, na nossa visão, neste momento, desta Administração do Porto da Figueira da Foz, a instalação que está no terminal de granéis líquidos, aquela área, com aqueles fins, não compromete a expansão do Porto da Figueira da Foz.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Diretor Geral da Águas da Figueira, S.A., João Carlos Damasceno, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

JOÃO CARLOS DAMASCENO: "Relativamente à questão que foi colocada pelo Presidente da Junta de Vila Verde, é oportuno e agradecer a oportunidade para esclarecer. Esta é uma obra importantíssima e estamos muito satisfeitos por vê-la avançar. O que dizer? Os efluentes têm duas componentes muito importantes: a parte dos gradados, areias e, no caso de São Pedro, as gorduras das fábricas do Porto de Pesca – e essa parte vai continuar a ser tratada ali e será melhorada. O que vem para este lado é a parte líquida, que tem um tratamento biológico aeróbio. Vamos reforçar o tratamento biológico, vamos reforçar a desinfecção e o tratamento de lamas. A contribuição é pequena, inferior a cerca de 7%. Portanto, do ponto de vista biológico, a ETAR de Vila Verde pouco irá sofrer.-----

Estamos muito entusiasmados com esta obra, porque as condições ambientais, o meio recetor na margem esquerda é muito vulnerável, como sabemos. Hoje podemos saborear ostras da nossa terra – há dez anos isso não era possível. Por isso, toda esta envolvente do meio recetor deixa-nos muito empolgados.-----

Do ponto de vista técnico, as Águas da Figueira estão aqui para melhorar. Tal como nos comprometemos com assuntos que pareciam impossíveis: retirar os odores da Ponte Galante, da Muralha de Buarcos, da Torre do Relógio – e conseguimos. Foi complexo, muito mais difícil do que estes investimentos que vamos fazer na ETAR. Esta é a minha perspetiva profissional: nós não somos os homens dos esgotos, somos os homens que tratam os esgotos.-----

Da mesma forma, os nossos colegas dos camiões de recolha de lixo, não são os homens do lixo, são os homens da limpeza. E os bombeiros não são os homens dos fogos, são os homens que os apagam. Estamos muito interessados, e no nosso ponto de vista, a economia circular começa nas ETAR's.-----

Sim, vão ser fábricas de água. Vai ser possível retirar azoto, fósforo, produzir energia. É uma pequena contribuição. Da parte biológica, porque a outra parte será



melhorada em São Pedro – retirar os gradados, as areias e as gorduras, que é um aspeto importante.-----

Portanto, sim, estamos muito empolgados e é um privilégio poder explicar este projeto aqui. Mas, no final do dia, é uma contribuição que não chega a 7%, em termos de líquido.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Senhor Diretor das Águas da Figueira, já agora é possível fazer uma nota explicando que foi necessário aguardar devido à parte arqueológica aquática, o que implicou um tempo de espera."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Diretor Geral da Águas da Figueira, S.A., João Carlos Damasceno, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

JOÃO CARLOS DAMASCENO: "A parte mais complexa do ponto de vista de engenharia era o atravessamento dos efluentes por baixo do leito principal do Rio Mondego. Já temos duas condutas que levam a água daquele local, e esta fase tinha uma parte de licenciamento e envolveu a arqueologia, etc.-----

Tecnicamente, aqueles problemas que vos referi eram bem mais complexos do que tratarmos ali mais... quase nem chega a mil metros cúbicos, só da parte líquida.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Mas por que razão tiveram de vir para a ETAR de Vila Verde?"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Diretor Geral da Águas da Figueira, S.A., João Carlos Damasceno, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

JOÃO CARLOS DAMASCENO: "Tratar estes efluentes na etapa de São Pedro iria ter avultados investimentos, porque também queremos que o Concelho cresça daquele lado, e no final do dia havia uma coisa que não conseguimos resolver: é que o meio recetor iria ser sempre, sempre, a margem esquerda do Rio Mondego, o estuário do Mondego, que é algo protegido pela União Europeia, e, portanto, esse é um aspeto que não dá para resolver. E falta-me reforçar outro aspeto, que é a parte do licenciamento: a Estação de Tratamento de Águas Residuais situada deste lado do rio é descarregada em zona sensível, é fiscalizada e monitorizada pela Agência Portuguesa do Ambiente e pela Câmara Municipal, e, portanto, a resposta, senhor Presidente, é que o simples facto do meio recetor ser do lado de lá do rio, torna tudo muito mais vulnerável, corremos todos um risco muito maior.-----

Aqui tínhamos uma capacidade ociosa. As Estações de Tratamento de Águas Residuais, como sabem, têm um caudal que varia de acordo com os usos da água, e, de facto, a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vila Verde é robusta, e, portanto, o



que temos que fazer para melhorar o tratamento biológico é muito menor. É uma questão de eficiência, de segurança e, de melhoria ambiental, não tenho dúvida nenhuma."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vítor Gonçalves Alemão.-----

VÍTOR GONÇALVES ALEMÃO: "Eu agradeço a explicação, até porque, na altura, quando falei sobre essa ligação que se iria fazer por baixo do rio, foi na sequência de uma notícia que li no jornal do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

E, portanto, agradeço a explicação. Espero que o odor que, muitas vezes, o senhor sabe, até porque acho que temos tido uma relação de trabalho que eu acho que tem sido muito boa, mas também tenho que lhe dizer que, de vez em quando, está lá um cheiro que não se suporta. É complicado. Eu sei que é complicado. Mas isto podia ser muito bem evitado, porque eu tenho aqui este monte de mensagens que eu fiz ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para me receber, para falar comigo. Está aqui. Isto podia ter sido evitado. E eu vou entrega-las ao Senhor Presidente da Câmara. E eu nunca fui ouvido e fiz estes pedidos todos. Estão aqui.-----

Só para dizer que eu agradeço a sua explicação. Fico satisfeito porque vai ser melhorado todo o processo e esperamos que deixemos de «fumar grátis», como se costuma dizer."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Engenheiro Paulo Gaspar, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

PAULO GASPAR: "Obrigado, antes de mais, por me deixarem falar. Porque, antes de tudo, antes de fazer as acusações, primeiro devem consultar a verdade das coisas, dos factos.-----

O investimento não foram 12 milhões de euros, foram 27 milhões de euros. O maior investimento que o Porta Figueira da Foz recebeu nos últimos 50 anos. Isso é para atualização.-----

A questão do Potencial Interesse Nacional não fomos nós que o submetemos. Foi a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, que veio até nós para sermos Potencial Interesse Nacional. Porque tínhamos todas as condições para o ser.-----

Por isso vejam como está o estado, no fundo, das nossas instituições.-----
Começando desde o início. Nós tínhamos um projeto de expansão da Unidade da Guia, que não pôde ser, porque só tínhamos 2.400 m².-----



A Câmara Municipal da Figueira da Foz, com a expansão do Parque Industrial da Guia para mais 10 hectares, solicitou-nos uma carta para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para submeter o projeto de aprovação da expansão da zona. A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro chumbou o plano de expansão. Não foi por causa de nós. A expansão é que foi chumbada. Nós submetemos o projeto numa instalação, numa área de 12.000 m², em Monte Redondo, Leiria. Isto em 2020 ou 2019. Não me recordo bem agora das datas. Não interessa. O projeto foi aprovado na freguesia de Monte Redondo.-----

Nesse âmbito, devido à nossa capacidade de trabalho, e como vendemos para as petrolíferas, é verdade, vendemos para as petrolíferas, elas são obrigadas a incorporar. Porquê elas são obrigadas a incorporar? Porque vocês todos as obrigam a incorporar. E tratamos lixo. Nós só tratamos «lixos», resíduos. Não é óleo de palma. É todo o lixo que vocês produzem em casa, das Estações de Tratamento de Resíduos, que tratamos, e em vez de ir para o rio, é transformado em combustível. Posto isto, nós submetemos, ou foi aprovado, como a Eng.^a Ana Heitor disse, foi submetido o projeto do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação. E foi aprovado com uma classificação de 4.6, submetemos a alteração para o Porto da Figueira da Foz, e passou a 4.9 de classificação.-----

Numa escala 0 a 5, foi o melhor projeto a nível nacional. Só para vocês perceberem. Em todo caso, nos últimos dois anos, este foi o maior projeto a nível nacional privado, que decorreu, que está em curso. O maior projeto privado, apoiado pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, numa Pequena e Média Empresa, é este, o da Figueira da Foz. Não há mais nenhum. É só consultar.-----

Se verificarem os planos do Potencial Interesse Nacional, o nosso projeto é o 299. Existem 3 ou 4 de indústrias, o resto é só hotéis. Vivam de hotéis. -----

De seguida, chegámos a acordo com o Porto da Figueira da Foz, no dia 12 de junho de 2022. No dia 14 de junho, submetemos o processo de licenciamento no IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação! E o que é que aconteceu? Houve um erro na plataforma. Atenção, não é nosso. Foi um erro na plataforma. Tivemos que submeter novamente o licenciamento. O licenciamento começa a decorrer, face à tipologia da empresa, não requer avaliação de impacto ambiental.-----

Contudo, a avaliação deu caso a caso, e o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação isentou novamente a empresa. Porquê é que isentou a empresa? Não é porque os técnicos querem. Não é pelo ar. Isentou porque não cumpre nem sequer os mínimos de grande indústria para cumprimento dos limites. É só uma questão de ver



a legislação.-----

O que é que acontece? Ao submetermos todo este processo, a Agência Portuguesa do Ambiente atrasa todo o processo de licenciamento, não responde nos diversos descritores ambientais, influentes gasosos, PCIP, recursos hídricos, mas não respondem ao OTR, que é a parte dos resíduos, que é um licenciamento simples. Porque não é um resíduo perigoso. É um licenciamento simples. Por isso era só responder. O que acontece? Falhou esse prazo.-----

Na inserção da candidatura novamente no Sistema de Indústria Responsável, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que devia ter respondido em março de 2023, não respondeu porque um dos produtos que nós tínhamos, que nós tratamos não só resíduos da parte dos óleos, mas também da parte da indústria farmacêutica, e nomeadamente o metanol, que reciclamos, transformamos e reutilizamos. Por isso nós não utilizamos matérias virgens. Reutilizamos tudo.--

E o que é que aconteceu? Uma pessoa dentro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, não achou que o processo estava bem instruído. O que é que acontece? Eu escrevi uma carta para o Presidente da República, para a Presidente da Comissão de Coordenação, para o Ministro da Economia, para o Primeiro-Ministro, para eles verificarem o que é que estava a acontecer.-----

Houve uma reunião no dia 11 ou 12 de novembro de 2023, em que eles foram obrigados a dar-nos razão, apesar de termos começado um licenciamento novo. E o licenciamento, submetemos o licenciamento na primeira semana ou na segunda semana de janeiro, que terminou na última semana de maio, em termos da OTR.-----

Eles tinham cinco dias para nos deixar, novamente, inserir a candidatura para PCIP. Andaram dois meses. Dois meses.-----

Só a 30 de agosto conseguimos submeter. Tenho a troca de email's de todos com a Agência Portuguesa do Ambiente. Se qualquer um de vós for empresário, e tenha investido 25 milhões de euros ou 27 milhões de euros, o que é que vocês fariam? Só uma nota antecipada: nós, em relação com o Porto da Figueira da Foz, nós éramos para ir para a outra margem. E a professora Fátima disse: «Paulo, não vamos para a outra margem, nós temos outros projetos para aquela zona». E encaixámos junto do terminal de granéis líquidos, que já estava construído.-----

Vocês veem os movimentos, os camiões, e muito bem, mas esqueceram-se de dizer que aquele terminal estava praticamente inutilizado. Nós há dois anos pusemo-lo a movimentar para a unidade da Guia, e há cerca de um ano, uma outra empresa de combustíveis está a utilizá-lo. E então aí há vinte camiões todos os dias, que



está licenciada, tal e qual como não se vai estar. Esta é a explicação dos camiões. O que acontece? Nós não podíamos estar a operar. E eu explico-vos porquê: porque só no dia 25 de maio deste ano, a Direção Geral de Energia e Geologia permitiu a ligação do nosso do Posto de Transformação.-----

Por isso, antes, não estivemos nunca a laborar. E claro que depois de ter a ligação, tivemos a testar equipamentos, e estamos a testar equipamentos! Não sei quando é que ouviram, porque por exemplo, em agosto, tivemos praticamente tudo parado. As pessoas estiveram todas de férias. Durante quinze dias de setembro a três semanas, tiveram tudo parado. As pessoas estiveram férias.-----

Claro que está a trabalhar, a fazer testes. Como qualquer empresa que tem a corda no pescoço, depois de dois anos à espera do licenciamento, para pôr a empresa a laborar. Eu gostava muito que vocês se preocupassem com a empresa e tudo mais.-- Mas eu acho que, face aos projetos que foram anunciados para a Figueira da Foz, que até agora ainda não veio nenhum, que houve alguém que referiu, que já não me recorda nesta Assembleia Municipal, que era necessário indústria. Reparem o que é que está a acontecer. A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro está a vetar os projetos todos. Na minha ótica por incompetência dos técnicos pura e dura. Atrasos, sucessivos atrasos.-----

O licenciamento não foi submetido em 2023. Foi subido em 14 de junho de 2022. Façam as contas. Há quanto tempo estamos à espera do licenciamento! Mais, no primeiro licenciamento, estava quase a ir a consulta pública, quando a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro fez cair o projeto.-----

E a Agência Portuguesa do Ambiente pode provar. Tanto que neste novo pedido, não houve pedido de informações. Porque já tinham sido todos submetidos. Por isso o projeto decorre no seu trajeto normal, até à conclusão."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Mas a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro também deu parecer favorável a Potencial Interesse Nacional! Como é que isso se compreende?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Engenheiro Paulo Gaspar, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

PAULO GASPAR: "Dr. Santana Lopes, tem de perguntar a todos os problemas que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro tem tido, a todos os licenciamentos industriais que têm havido junto do Departamento de Ambiente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, porque é que grandes



projetos são chumbados, tal como este estava quase a ser chumbado. Acho que é uma reflexão que tem de ser feita por nós, por nós todos. É uma reflexão.-----
Por isso, há uma coisa que eu vos digo: a empresa, só para perceberem, foi, agora que estão-se a chamar os tais ditos combustíveis avançados, foi a primeira, no mundo, a produzir combustíveis avançados. Não é o biodiesel. Agora, chamam-lhe biodiesel, mas é combustível avançado.-----

Fomos a primeira empresa no mundo a fazê-lo. Temos uma unidade industrial, na Guia, a mais pequena industrial de biodiesel do mundo, a produzir 20.000 toneladas por ano. Daquela unidade e desta, entra tudo o que vocês produzem lá em casa, e que chega também às estações de tratamento de águas residuais, e sai biodiesel, glicerina e água residual.-----

E nesta unidade, nem água residual vai sair. No combustível das caldeiras que nós usamos, usamos o próprio biodiesel, que está provado cientificamente, que reduz as emissões, e o nosso reduz, provado pela Comissão Europeia, que nós respondemos diretamente à Comissão Europeia, em 95% das emissões de CO2.-----

Por isso, estamos a receber, na unidade da Guia, as gorduras que vêm das Águas da Figueira, que é um problema grave que eles já tinham. É só perguntar ao senhor Diretor Geral da Águas da Figueira, S.A., João Carlos Damasceno e ele vai confirmar. Ele pode confirmar se nós não resolvemos um problema grave. É disto que nós fazemos. Nós não queremos nada de extraordinário.-----

Convido-vos a irem visitar a instalação. Quando ela estiver devidamente autorizada, vocês vão lá e vão verificar.-----

Se alguma coisa correr mal naquela empresa, sou eu o responsável. Fui eu que fiz o projeto. E aí podem puxar a orelha.-----

Garanto-vos: é a mais segura instalação na Europa e no Mundo, é a mais moderna no Mundo, e está no Concelho da Figueira de Foz.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "E quanto a índices de poluição? Porque eu li no fim que sim tinha algum índice de poluição. Era isso que eu queria saber."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Engenheiro Paulo Gaspar, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

PAULO GASPAR: "Como eu disse, daquela empresa sai água residual, que não sai, sai glicerina e biodiesel. O que é que nós utilizamos para fazer o calor? Produzimos calor com o quê? Não é com a nafta, que efetivamente tem metais pesados, que produz



compostos orgânicos voláteis, que produzem matéria particulada. Ao contrário daquela senhora, foi a minha profissão seis anos. O único estudo de qualidade do ar na região Centro fui eu que o fiz. Chama-se «Centrar». Há emissão de poluentes? Claro que há!-----

A redução comparativamente a um combustível fóssil é de 95%. Comparativamente ao gasóleo ou aos combustíveis derivados do petróleo, há uma redução de 95%.-----

Nós tivemos que submeter uma folha de Excel devidamente calculada ao Instituto Alemão, que foi aprovada diretamente pela Comissão Europeia e que aprovou que as nossas emissões a nível mundial são as mais altas da Europa em termos de poupança: 95%. A média do setor de biodiversidade é de cerca de 60%.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “E elas são, exatamente? Esses 5%? O que é?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Engenheiro Paulo Gaspar, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

PAULO GASPAR: “Faz parte do sistema. O seu carro produz estas partículas. O seu carro produz estas partículas, produz mais de 25% do que aquelas que são produzidas

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “Nem tudo está a ser dito, com toda a certeza. Para o meu colega estar com as preocupações que está, é porque ele sabe, exatamente, que há mais qualquer coisa, para além daquilo que nos disse. Eu aguardo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Paulo Nisa Mariano.

PAULO NISA MARIANO: “É só uma pergunta muito rápida ao responsável pela Bioadvance, Eng. Paulo Gaspar. Nós na Assembleia Municipal representamos os votantes da Figueira da Foz. Responda-me, por favor: vai acabar com os cheiros e vai manter ali uma empresa impecável, sem cheiros, e nós todos felizes? É isso que nós Figueirenses e Vilaverdenses queremos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Engenheiro Paulo Gaspar, com a anuência do Presidente da Câmara.-----

PAULO GASPAR: “Tal e qual como eu disse, a empresa é a mais moderna a nível mundial. E tem todos os sistemas para não haver cheiros. Não pode haver cheiros naquela empresa. Estamos em falta de afinação e de testes. Quando vai ao mecânico com o seu carro, quando ele não funciona bem, tem que ir afinar.-----

Mas mesmo assim, desde que temos a apetência da eletricidade, estivemos a laborar



15 dias em julho e a terceira semana de setembro. E iniciámos o teste, porque tivemos um problema nos equipamentos, esta semana. A empresa, depois de estar a funcionar e devidamente autorizada, vai funcionar que nem um brinco.-----
Reparem, em 50 anos, o Porto da Figueira da Foz teve zero investimento ou praticamente nada.-----

O grande problema daquela instalação estar ali, e também da Asfalcentro, que já lá está desde 2008 e vocês nunca falaram nisso. E também faz combustível, também tem uma caldeira para aquecer, e essa funciona a nafta, é que aquele local não tem estiva. E isso dói a muita gente e vem contra os poderes instalados. Porque instalar aquela unidade naquele local... eu tive 3 anos calado para ninguém saber que ela ia para aquele local. Porque eu sabia que havia forças de bloqueio. E uma delas podia ser a estiva. E os estivadores são uma força de bloqueio ao desenvolvimento dos portos. Percebem? Conseguem relacionar as coisas? É fácil, é fácil de relacionar as coisas?-----

Eu só anunciei, ou melhor, não fui eu que anunciei a instalação. Quem anunciou foi o Dr. Pedro Santana Lopes. Pediu-me permissão para o fazer. E eu dei. Foi verdade ou não foi Dr. Santana Lopes?-----

E relativamente à questão da Ribeirinha, sabem quanto é que foi investido lá? Um milhão e meio de euros. Sabem quanto é que estava o leito do rio? Estava a menos de 4 metros. Sabem quanto é que está agora? A menos de 7 metros. Sabem qual é que é o benefício para as populações a montante da Vila Verde? É que quando houver chuvas, não haverá inundações, porque tem um maior cabal de escoamento. Percebem?"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vítor Gonçalves Alemão.-----

VÍTOR GONÇALVES ALEMÃO: "Senhor Eng.º Paulo Gaspar, eu acho que, como Presidente Junta de Freguesia, tenho todo o direito de tentar, e pelo menos não devo tirar todas as minhas preocupações, porque o Presidente Junta de Freguesia de Vila Verde nunca foi visto nem achado, até hoje, para este tipo de instalação na sua Freguesia. Nunca. -----

E as pessoas ficam muito admiradas, porque é que o Presidente Junta de Freguesia de Vila Verde não pode questionar! Porque é que o Presidente Junta de Freguesia de Vila Verde não se deve preocupar com os seus cidadãos! E, portanto, eu já disse outra vez, não somos contra este tipo de empresa. Nunca fomos.-----

Hoje conseguimos algo que até hoje não se tinha conseguido: tivemos aqui uma explanação de tudo o que nunca foi feito. Hoje, até que enfim, que hoje conseguimos



ter alguém que nos explicasse alguma coisa. E, portanto, fico satisfeito porque pelo menos uma vez, e pela primeira vez, alguém nos explica e nos dá informações sobre esta empresa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco:

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “De facto, eu também estou muito contente. Em 2018 houve uma rara conjugação de esforços. O PSD liderou um movimento com o Bloco de Esquerda para que se fosse feita uma Assembleia Geral Extraordinária como a que nós hoje estamos a ter. E sabem o que é que fez o todo poderoso Império Socialista? Não nos deixou. Portanto, senhor deputado Vítor Alemão, de facto é muito bom que estejamos a ter aqui uma Assembleia Municipal Extraordinária.”-----

Já agora, só para terminar, de facto, durante doze anos nós percebemos que o Partido Socialista tinha pouco jeito para liderar o Concelho. Hoje ficámos também com a certeza de que tem pouco jeito para fazer oposição. Mas nós podemos dizer como é que se pode fazer oposição sem ofender pessoas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “É só para dizer que naquela Assembleia Municipal, a ata já tinha sido colocada a votação e, portanto, os Srs. deputados não se aperceberam, e a Assembleia já tinha terminado, quando aconteceu algo, que todos nós lamentamos. Somos seres humanos e às vezes nem todos acertamos.”-----

Por isso, agradeço a forma como decorreu esta Assembleia Municipal. É sempre difícil controlar. E o senhor deputado municipal Teotónio Cavaco sabe disto, ele bate-se muito contra o tempo que as pessoas têm. Porque o tempo que os senhores deputados municipais estão a falar é pouco. Mas as pessoas que estão a ouvir, parece que é muito. E é. E quando nos apercebemos estamos aqui até às 18h50. Começámos às 15h00. Portanto, se que não houver controle do tempo, alongamo-nos nas intervenções e depois já ninguém controla os tempos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em primeiro lugar queria agradecer-lhe. Ainda bem que a generalidade das pessoas que ouvi considera útil, e eu também, esta Assembleia Municipal Extraordinária. O senhor Presidente da Assembleia Municipal concordou e aceitou logo o nosso pedido. Acerca das palavras que dizem: «ainda bem... porque pela primeira vez... ainda bem... nós forçámos»! A senhora deputada municipal Célia Silva Morais também disse. Na visão ou na educação que eu recebi, sempre que uma pessoa coloca em causa a honra do outro, ou dos seus colaboradores ou dos seus funcionários, nós temos o dever - eu quando saí da Assembleia Municipal a semana passada fui pensar, porque convocar



uma Assembleia Municipal Extraordinária, é algo que, por regra, nunca se faz. E é muito fácil no mundo de hoje, como é sabido, caluniar, difamar.-----
O que ouvimos aqui a semana passada não foi bem o que ouvimos hoje. A Assembleia Municipal começou logo por uma frase assim: «sei que o Sr. Presidente da Câmara se incomoda por falarmos da Bioadvance»."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Senhor Presidente, não ande para trás. Não ande para trás agora, não vá recordar isto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Senhor Presidente, ando sim, sabe porquê? É porque nós executivos não nos vamos sujeitar mais a isso. Antes de terminar esta Assembleia Municipal Extraordinária queria dizer isto: é que eu não tenho obrigação, nem que tivesse 21 anos, de ser eleito e de vir para uma reunião ser ofendido.-----
E o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não pôs cobro às ofensas. Nem ninguém pôs cobro às ofensas. E eu não tenho que ser ofendido. Eu não tenho o dever de vir para aqui, ouvir gente.-----

Sou o Presidente desta Câmara Municipal, eleito pelo povo. E constantemente ofendido aqui, em manobras deliberadas.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal pede-me para não falar de determinada maneira com o Presidente da Junta de Vila Verde. Mas a inversa não foi verdadeira. E o senhor Presidente da Assembleia Municipal tem a obrigação de defender também o Presidente da Câmara.-----

Portanto, eu não me vou sujeitar mais a este tipo de situação. Houve um tempo, cumpri o meu dever. Esclareci e pedi para esclarecer e eu tinha que ser esclarecido. Não tenho nada, nem ninguém me obriga no mundo a aceitar estas ofensas. Ninguém! Nem a política! Primeiro a honra, a dignidade e o bom nome. E por isso é que pedi a convocação da Assembleia Municipal Extraordinária e não volto a sujeitar-me ao que aqui aconteceu a semana passada."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa Ordem de Trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Raúl Portugal, Isabel César Pereira, Mafalda Reis Azevedo, Rui Pinto Ferreira e Célia Silva Morais, e Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e quinze minutos, da qual, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 8 da Sessão Extraordinária de 11-10-2024

constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----